

## CAPÍTULO 2

### JESUS ENSINA AOS HOMENS AS LEIS DE SEU PAI

#### *Leis Inflexíveis Regem a Criação*

Antes de discorrermos com maior profundidade a respeito dos ensinamentos de Jesus sobre as leis da Criação de seu Pai, vamos procurar formar uma imagem da natureza e atuação delas.

Há um princípio básico da ciência do Direito que afirma: “o desconhecimento de uma lei não é uma justificativa válida para se descumpri-la”. Essa diretriz, porém, é impossível de ser observada para as leis existentes, tal seu número e complexidade. Uma pessoa que quisesse, realmente, conhecer toda a gama de leis a que está sujeita no curso de sua vida terrena, teria de gastá-la inteiramente no estudo aprofundado das inúmeras legislações em vigor. E é bastante provável que não atingisse seu objetivo.

Mas esse princípio permanece válido para as leis da Criação, a que o ser humano igualmente está sujeito durante sua peregrinação, já que ele próprio é também uma espécie dentro dela, como tantas outras. O princípio permanece válido porque, contrariamente às dos homens, essas leis naturais são muito simples e claras. Ninguém pode desobedecê-las sob alegação de ignorância, pois basta um mínimo esforço de observação para se reconhecê-las. São elas, sim, os “atributos invisíveis de Deus, que claramente se reconhecem desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas.” (Rm1:20). A Criação inteira, formada e sustentada por esses atributos, constitui a fala do Senhor às Suas criaturas, a Sua linguagem: “Sua harmonia se estende sobre toda a Terra, e *Sua linguagem* até as extremidades do mundo” (Sl19:5). O filósofo Fílon de Alexandria (20 a.C.? – 50 d.C.) chamava essa linguagem de “Lei não escrita da Natureza”. O cientista e filósofo inglês Francis Bacon (1561 – 1626), seguindo na mesma linha, afirmou que “não há, de longe, nenhuma interpretação superior à da Natureza”.

Todas as leis descobertas pela ciência nada mais são do que efeitos mínimos, apenas terrenalmente perceptíveis, dessas leis universais abrangentes, que traspassam tudo, perfluem tudo e mantêm tudo o que existe, inclusive o plano material da Criação posterior e, por conseguinte, também esse nosso pequeno planeta.

A terceira lei de Newton ou lei da ação e reação, por exemplo, segundo a qual um corpo sempre reage com força igual e em sentido contrário àquela aplicada sobre ele, é um efeito grosso-material, em escala reduzida, de uma lei universal básica denominada Lei de Causa e Efeito, ou mais apropriadamente **Lei da Reciprocidade**.

Em sentido amplo, essa lei faz retornar a cada pessoa aquilo que ela mesma produziu, seja através de pensamentos, palavras ou ações. Devolve a cada indivíduo o que foi gerado, não importando se foram coisas boas ou más. O que a física conhece é o efeito terreno, na matéria grosseira a nós visível, de uma lei cujo enunciado básico Jesus já dera à humanidade há dois mil anos com as palavras: “*o que o ser humano semear, isso ele colherá*” (Gl6:7).

A Lei da Reciprocidade faz de cada ser humano juiz de si mesmo, coloca em suas mãos o controle do tear da Criação, através do qual é tecido o tapete do seu destino. A

própria palavra carma (do sânscrito *karman*) significa *ação*, correspondendo a uma *re-ação* natural e automática a um ato prévio praticado pelo ser humano.

Como a Lei da Reciprocidade estabelece que tudo aquilo que produzimos retorna sempre a nós mesmos, aos geradores, então fica claro que se semearmos coisas boas colheremos frutos bons, doces e suculentos, e que se semearmos coisas más *teremos* então de deglutir frutos amargos e podres. Observe-se que Jesus não disse que o ser humano poderia colher, ou que talvez colhesse, mas sim afirmou taxativamente: *colherá*, sem meio-termo, sem escolha, sem escapatória.

É uma situação análoga a que ocorre numa sementeira aqui na Terra. Sabemos, por exemplo, que numa plantação de arroz não pode brotar nenhum ramo de trigo, e que numa de feijão jamais surgirá um grão de soja. Essa regra vale para qualquer espécie vegetal: “acaso pode uma figueira produzir azeitonas ou uma videira produzir figos?” (Tg3:12). Não, não pode, assim como “não se colhem figos de espinheiros nem uvas de urtigas” (Lc6:44). A esse respeito, também o filósofo latino Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.) já constatara muito apropriadamente: “O bem não sai do mal, assim como o figo não sai da oliveira.”

Continuando com essa metáfora da sementeira, podemos asseverar que se porventura semearmos cardos, não poderá surgir dessa sementeira nenhuma fruta apetitosa. Naturalmente ninguém duvidará disso, de tão óbvio. Contudo, essa mesma lei natural que atua numa sementeira terrena de modo assim tão implacável, não admitindo o menor desvio em seus efeitos, a ponto de considerarmos isso de uma obviedade ululante, essa mesmíssima lei age igualmente sobre o ser humano, que nada mais é também do que um fruto da Criação, como tantos outros.

Um fruto, aliás, bem pequeno dentro do imenso pomar da natureza, uma criatura como qualquer outra, apenas com a diferença marcante de ser a única que trabalha diligentemente há milênios pela sua própria destruição. Por ser uma criatura, o ser humano está sujeito incondicionalmente às leis naturais, que nunca permitem que algo insano permaneça conspurcando indefinidamente a natureza...

Esse ensinamento de incondicional reciprocidade já fora transmitido à humanidade em numerosas passagens do Antigo Testamento, sempre pródigo em esclarecer que tanto o justo como o ímpio são responsáveis pelo seu próprio destino, confirmando com esses adágios sábios que, de fato, “peso e balança justos pertencem ao Senhor” (Pv16:11). Vejamos alguns deles:

- Quem derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu. (Gn9:6);
- Como fizeste aos outros, será feito contigo! Os atos que praticaste cairão sobre tua cabeça! (Ab15);
- Aqueles que cultivam a iniquidade e semeiam a miséria são também os que as colhem. (Jó4:8);
- Sua maldade se volta contra ele, sobre o crânio lhe cai a própria violência. (Sl7:17);
- O Senhor me tratou conforme a minha justiça, retribuiu-me segundo a pureza de minhas mãos. (Sl18:21);
- A ti, Senhor, pertence a graça, pois a cada um retribuis segundo as suas obras. (Sl62:13);
- Comerão do fruto do seu procedimento, e dos seus próprios conselhos se fartarão. (Pv1:31);

- O salário do justo é a vida; o ganho do ímpio, o pecado. (Pv10:16);
- A justiça dos retos os salva, mas em sua própria cobiça os pérfidos se prendem. (Pv11:6);
- O homem bondoso faz bem a si mesmo, mas o cruel a si mesmo se fere. (Pv11:17);
- O perverso recebe um salário ilusório, mas o que semeia justiça terá recompensa verdadeira. (Pv11:18);
- Tão certo como a justiça conduz para a vida, assim quem segue o mal para a sua morte o faz. (Pv11:19);
- Quem promove o bem se enriquecerá; quem dá de beber, mata a própria sede. (Pv11:25);
- Quem procura o bem alcança favor, mas o que corre atrás do mal, este lhe sobrevirá. (Pv11:27);
- Cada um se farta de bem pelo fruto da sua boca, e o que as mãos do homem fizerem ser-lhe-á retribuído. (Pv12:14);
- A desgraça persegue os pecadores; aos justos, a paz e o bem. (Pv13:21);
- Quanto àquele que paga o bem com mal, não se apartará o mal da sua casa. (Pv17:13);
- Quem semeia injustiça recolhe desgraça. (Pv22:8);
- Quem abre uma cova nela cairá; quem rola uma pedra, sobre ele cairá. (Pv26:27);
- Quem leva os retos para o mau caminho cairá na sua própria armadilha, mas os íntegros herdarão o bem. (Pv28:10);
- Cada qual será tratado segundo suas obras. (Eclo16:14);
- Quem lança uma pedra no ar, a vê recair sobre sua cabeça; a ofensa feita por traição atingirá também o traidor. (Eclo27:25);
- O mal que o homem comete retorna contra ele. (Eclo27:27);
- O justo é feliz, pois comerá o fruto de suas ações. Infeliz o mau, ai dele, pois será tratado segundo mereçam seus atos. (Is3:10,11);
- Como fizeste, assim se fará contigo: o teu malfeito tornará sobre tua cabeça. (Ab15).

Ainda no âmbito do Antigo Testamento, os livros do Pentateuco registram vários quadros de reciprocidade. Vemos ali que enquanto o povo israelita se mantinha fiel às condições da Aliança com o Senhor, a viagem através do deserto e a vida corriam bem para todos, mas quando desobedecia, isto é, quando pecava, o resultado eram atrasos, derrotas e morte. No livro de Juízes vemos a mesma situação repetida vezes sem conta: recompensa na obediência, castigo na desobediência. Sem contemporização. O profeta Amós se referiu à impossibilidade de alguém fugir dos efeitos da reciprocidade com uma imagem bastante

singela: “É como o indivíduo que foge de um leão e topa com um urso; ou que, entrando em casa, apóia a mão na parede e é mordido por uma cobra” (Am5:19). O apóstolo Paulo aludiu à reciprocidade que atingiu os israelitas durante o êxodo em sua primeira Epístola aos Coríntios: “A maior parte deles desagradou a Deus, e *por isso* caíram mortos no deserto” (1Co10:5).

No Novo Testamento também encontramos várias passagens indicativas da atuação da Lei da Reciprocidade. Particularmente no livro do Apocalipse<sup>1</sup> o conceito de reciprocidade está sempre presente, como neste exemplo: “Se alguém leva para cativo, para cativo vai; se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada” (Ap13:10). A sabedoria popular assimilou essa verdade da reciprocidade indesejável e formou o conhecido ditado: “Quem com ferro fere, com ferro será ferido”.

Todavia, quando Jesus disse que o ser humano *teria de colher o que semeasse*, estava transmitindo o funcionamento dessa Lei da Reciprocidade de uma maneira absolutamente abrangente e condensada, que mais clara não poderia ser. Tal lei, que atua tão inflexivelmente em relação às sementes produzidas pela natureza, a ponto de, conforme vimos, nem nos darmos conta dela, atua também com a mesma inflexibilidade, com a mesma segurança e implacabilidade em relação às sementes produzidas pelo próprio ser humano, que são suas intuições, seus pensamentos, suas palavras e suas ações. Essas sementes também são plantadas num campo específico de cultivo, constituído de uma matéria mais fina do que a que compõe nosso mundo terrenal, razão pela qual não as distinguimos com nossos olhos corpóreos. Contudo, elas igualmente brotam lá naquele campo, também crescem e dão os frutos correspondentes, os quais então *têm de ser colhidos por quem as semeou*.

Uma semente má de matéria fina é como uma pedra amarrada com um fio elástico e presa à mão de uma pessoa, que a lança com maior ou menor força contra algo ou alguém. Atingindo ou não seu alvo, a pedra sempre retornará para a pessoa que a jogou, também com maior ou menor intensidade, dependendo da força com que foi lançada. A pessoa em questão pode representar a humanidade, um povo, uma comunidade, ou ainda o próprio ser humano individual. A pedra representa o produto gerado pela vontade má: as intuições negativas, os maus pensamentos, as palavras maldosas e as ações erradas. O elástico, por sua vez, é absolutamente indestrutível: representa a atuação dessa incontornável Lei da Reciprocidade. Tão incontornável ela é, que o apóstolo Paulo advertiu os Gálatas na explosiva carta que lhes dirigiu: “Não erreis: Deus não se deixa escarnecer!” (Gl6:7). A respeito dessa sentença, diz Abdruschin em sua obra *Na Luz da Verdade*, dissertação “Eu sou o Senhor, Teu Deus!”:

“O saber da *perfeição* de Deus e o fato de tê-la sempre em mente são a chave para a compreensão da obra de Deus, à qual pertence igualmente o próprio ser humano.

Então reconhecerá a força dominadora e a severa advertência da sentença: ‘Deus não se deixa escarnecer!’ Por outras palavras: Suas leis se cumprem ou se efetuam imutavelmente. Ele deixa funcionar as engrenagens da Criação, conforme as ajustou. Um homúnculo nada alterará nisso. Se o

---

<sup>1</sup> A palavra apocalipse deriva do grego *apokalypsis*: re-velação, significando literalmente “retirar o véu”. Na verdade, nem tudo o que é revelado nessa revelação é relevante, mas só o que se revela revelador. Esse tema é tratado no segundo volume deste livro.

tentar, o máximo que poderá conseguir será que todos aqueles que o seguirem cegamente sejam dilacerados juntamente com ele. De nada lhe adianta, se *acredita* de modo diferente.”

O ser humano que tem convicção na Justiça do Criador, *sabe* intimamente que nada de mal poderá atingi-lo se ele mesmo não tiver dado motivo para isso. Se é tocado por algo desagradável, então tem de apontar o dedo somente para si mesmo; da mesma forma, ele também saberá que agiu corretamente quando recebe inesperadamente algo de bom. Tudo o que fazemos aos outros fazemos, na realidade, a nós mesmos. Aquilo que damos, recebemos; o que semeamos, colhemos. Sempre. Tanto em qualidade como em quantidade. Não existem injustiças nos efeitos da reciprocidade. Em sua segunda Epístola aos Coríntios, Paulo ensinou: “aquele que semeia pouco, pouco também ceifará, e o que semeia com furtura, com abundância também ceifará” (2Co9:6).

Se não existem injustiças, naturalmente também não podem existir sofrimentos injustos. Geralmente se considera os acidentes, as doenças graves, as decepções, etc., como golpes arbitrários do destino, como dores perfeitamente dispensáveis, uns “azares” da vida que atingem ao acaso essa ou aquela pessoa. É o que aparentam externamente, contudo não é assim.

Não existe nenhum tipo de injustiça nos efeitos recíprocos que nos atingem nesta nossa época. Não há arbitrariedade de espécie alguma. Tudo, mas tudo mesmo que nos toca agora foi gerado por nós mesmos, em algum ponto da nossa existência. O homem sempre colhe o que semeia. Sempre colhe. Com efeito, “o mal não sai do pó, e o sofrimento não brota da terra: é o homem quem causa o sofrimento como as faíscas no ar” (Jó5:6,7). Sim, nenhum fio de cabelo nos pode ser arrancado (cf. Lc21:18), se nós mesmos não tivermos fornecido as condições para isso.

A dor que nos assola vez ou outra, seja do corpo ou da alma, não tem apenas a função benfazeja de ajudar a conservar a saúde física, mental e anímica. A sua atuação vai além. Ela é um efeito direto da Lei da Reciprocidade – a guardiã da ordem na Criação. É o efeito final de uma atuação anterior contrária às disposições que regem a natureza. Quem é atingido por uma dor deve não somente procurar limpar as toxinas do corpo e da alma, mas também *reconhecer* que fez algo de errado, quer se trate da vontade interior, dos pensamentos, das palavras ou dos atos praticados. A gravidade do erro que foi perpetrado outrora pode ser avaliada pela intensidade da dor que nos atinge, pois não podemos receber nada diferente daquilo que nós mesmos geramos, que nós mesmos semeamos.

Há aqueles que, misteriosamente, são atingidos só de raspão por alguns poucos golpes esporádicos, e chegam ao fim da vida com apenas algumas escoriações. Outros, ao contrário, são duramente golpeados, profunda e continuamente, de modo que suas feridas nunca cicatrizam inteiramente. Para eles, a vida se resume num martírio intermitente. Passam suas vidas monitorando temerosamente essa espada de Dâmocles da dor, que vez por outra desce inesperadamente sobre eles, golpeia-os sem dó nem piedade e retorna à sua posição ameaçadora. Por que essa diferença?

A dor nunca é obra do acaso, nunca é injusta. Dores tidas como injustas só são consideradas assim porque falta à humanidade hodierna a visão das verdadeiras causas. Essa visão lhe foi sendo subtraída paulatinamente, ao longo de milênios, à medida que se afastava cada vez mais do modo correto de vida, preconizado por leis universais e reiteradamente ensinado a ela pelos vários Precursores e profetas dos tempos antigos. Hoje, a maior parte dos seres humanos é constituída de míopes e cegos espirituais, absolutamente

incapazes de enxergar essa verdade tão simples, de que tudo quanto nos atinge foi provocado por nós mesmos, como seres de espírito que somos, em alguma época da nossa existência, que abrange milhares de anos e não apenas algumas poucas décadas de uma única vida terrena.

É essa visão curta que impede a humanidade de descobrir *quem* colocou as espadas de dor individuais sobre a cabeça de cada um. *Cada um de nós* forjou sua própria espada e a colocou sobre a cabeça no exato momento em que deu o primeiro passo em qualquer um dos inúmeros falsos atalhos abertos por essa mesma humanidade, os quais levam por fim à perdição, desprezando assim o caminho verdadeiro previamente existente, colocado à nossa disposição pelo Criador. E quanto mais longe alguém enveredou por algumas dessas falsas veredas, sem dar atenção aos avisos e advertências que ainda chegavam até ele, tanto mais afiado foi se tornando o fio da sua espada particular e tanto mais golpes recebeu e continua recebendo, na tentativa de fazê-lo reconhecer seu erro e retomar ainda a tempo o caminho certo, tão leviana, teimosa e criminosamente abandonado. Portanto, há de se reconhecer somente imenso Amor nos efeitos recíprocos dolorosos que nos atingem em nossa peregrinação pelas materialidades, independentemente da crença de cada um, os quais nos conservam vivos espiritualmente: “[O Senhor] corrige o homem com dores no leito, para impedir sua alma de cair na cova, e sua vida de cruzar o canal da morte” (Jó33:19,18).

Poderíamos fazer uma analogia disso com uma situação bastante comum do dia-a-dia, quando se vai fazer uso de um automóvel. Ao se abrir a porta, uma borboleta ou qualquer outro inseto voador entra no carro e começa a se debater no vidro da frente. A pessoa que está no carro procura ajudar a borboleta a escapar dali, dando-lhe pequenos golpes com a mão. Para a borboleta, porém, a situação é desesperadora: além de estar presa em *algo que não vê*, ainda existe alguma coisa tentando golpeá-la por trás! Ela não sabe que aqueles golpes estão, na verdade, auxiliando-a, para que reencontre o caminho da liberdade perdida. De maneira semelhante ocorre com o ser humano que por vontade própria ficou preso nas teias invisíveis dos falsos caminhos, mas que, mesmo assim, se mostra merecedor de auxílio, devido aos esforços sinceros em querer seguir os preceitos do seu Criador. Receberá sua ajuda com toda a certeza, pouco importando a forma como isso se dê, se lhe causa ou não algum sofrimento momentâneo. Um ser humano que tenha adquirido um tal reconhecimento jamais se atreverá a perguntar novamente: “Se o Senhor está conosco, por que nos vieram todos esses males?” (Jz6:13). Saberá que a reciprocidade é efeito do mais puro Amor!

Cito aqui um trecho da dissertação “O Guia Espiritual do Ser Humano”, da obra Na Luz da Verdade, de Abdruschin:

“Graça e Amor, única e exclusivamente, se encontram nos efeitos de *todas* as leis que existem na Criação, e as quais, ascendendo, convergem finalmente para a única e grande lei fundamental: a lei do Amor!”

Uma dor profunda é capaz de libertar a intuição dos emaranhados terrenos e de levá-la a uma região de onde pode advir auxílio. A dor profundamente intuída eleva-se qual um grito de socorro, mesmo que ainda não se tenha moldado numa oração. E quando a aflição está no auge, aí é que o auxílio do Senhor se encontra mais próximo de nós: “Perto está o Senhor de todos os que O invocam, de todos os que O invocam em verdade. Deus é nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações” (Sl145:18;46:1). A súplica de uma alma aflita eleva-se poderosamente para cima, porque nesse momento tudo quanto é

inferior terá ficado para trás: “Senhor, escuta minha oração e chegue a Ti o meu clamor! Não me ocultes o Teu rosto no dia da minha angústia!” (Sl102:2,3). Para *esta* alma que clama auxílio, purificada pela dor, o Senhor não ocultará o Seu semblante, mas a libertará de sua angústia pela atuação das leis que inseriu na Criação: “Na sua aflição, clamaram ao Senhor, e Ele os livrou de suas angústias” (Sl107:6).

O livramento *permanente* da angústia é garantido pela disposição íntima do aflito de viver daí em diante de modo renovado, *sempre* em conformidade com as leis naturais. Decorre de sua firme intenção de finalmente voltar-se para o Senhor e escutar Sua voz, a qual fala nitidamente para ele através dessas mesmas leis: “Quando estiveres na aflição, quando tudo isto te ocorrer, nos dias futuros, voltarás ao Senhor, teu Deus, e escutarás Sua voz” (Dt4:30). Essa “volta ao Senhor para escutar Sua voz” é a mesma coisa que “fazer a Sua Vontade”, condição incontornável para poder também ser ouvido por Ele, nesse colóquio entre o Criador e Sua criatura: “Se alguém é piedoso e *faz a Sua Vontade*, a este Ele ouve” (Jo9:31).

A Lei da Reciprocidade também dispõe sobre o equilíbrio. Observamos nitidamente seus efeitos nos locais onde a influência humana ainda não chegou. Um ecossistema ainda não corrompido pela ação humana desagregadora estará sempre em equilíbrio. Jamais apresentará uma disparidade acentuada entre o número de espécies que o compõem. Também nunca se observará ali algum dos integrantes tentar destruir o ecossistema, visando angariar vantagens para si... Não haverá tampouco uma espécie desprovida do necessário para sua sobrevivência, tendo de passar por penúrias materiais. As aves do céu, por exemplo, “não semeiam, não colhem nem ajuntam em celeiros, contudo o Pai celeste as sustenta” (Mt6:26); Ele também “dá alimento aos animais e aos filhos dos corvos” (Sl147:9). Sim, “o Senhor dá o alimento a todo ser vivo, pois eterno é Seu Amor” (Sl136:25), ou seja, cada uma de Suas criaturas sempre disporá do necessário para a manutenção da vida terrena, em consonância com a atividade das leis universais eternas, oriundas do Amor divino: Ele “nos dá tudo com abundância, para nosso usufruto” (1Tm6:17).

Os seres que pertencem a um ecossistema *dão* de alguma maneira algo para o todo, e *recebem* em contrapartida o necessário para sua subsistência. Vivem num equilíbrio contínuo entre o dar e o receber. Mesmo as espécies do reino vegetal obedecem automaticamente a essa Lei do Equilíbrio. Plantas e árvores *recebem* da natureza os nutrientes do solo e *dão* a ela flores e frutos; *utilizam* o gás carbônico da atmosfera e *devolvem* a ela o oxigênio.

Já a espécie humana se comporta de maneira diferente. Justamente ela, que com sua organização social deveria constituir um exemplo vivo de obediência incondicional à Lei do Equilíbrio, desprezou-a com teimosia, na mais leviana autopresunção, apresentando-se arrogantemente diante do Criador com a “mão aberta para receber e fechada para retribuir” (Ecl4:31).

Devido à sua constituição espiritual, a espécie humana ocupa uma função especial dentro da natureza. Sua missão consiste em elevá-la e enobrecê-la, aperfeiçoando na matéria o modo de cumprimento das leis vigentes. Assim estava previsto. Um contínuo e harmônico desenvolvimento, terreno e espiritual, levado a efeito pela atuação do espírito humano na matéria, sem enaltecer um em detrimento do outro. Tal como Jesus indicou na frase: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mc12:17).

No entanto, como vimos no capítulo anterior, essa expectativa não se confirmou. Todas as outras espécies continuaram obedecendo a seu modo, instintivamente, as leis da

Criação, mas o ser humano, o elevado ente espiritual que deveria zelar pela natureza, não deu nenhuma importância a essas leis básicas. Leis que vigoravam *antes* do seu aparecimento na Terra... Não procurou conhecê-las nem compreendê-las, muito menos ainda cumpri-las. Colocou-se presunçosamente acima delas, como se não lhe dissessem respeito. Em sua inconcebível arrogância arvorou-se em senhor da Criação, enquanto nem cumpria seus deveres de simples hóspede dentro dela. Plantou sementes más, e por isso colhe hoje os frutos correspondentes: violência, miséria, fome, doenças.

Essas desgraças não são obras do acaso, não são golpes do destino nem castigos divinos, mas tão-somente efeitos automáticos da vontade humana errada. Jamais esteve previsto que coisas desse teor tivessem de existir aqui na Terra, nem em parte alguma da Criação. Foi a própria humanidade que insistiu em criar para si mesma esses males, ao atuar sistematicamente durante milênios e milênios em sentido diametralmente oposto ao indicado por essas leis férreas. Foi ela que montou sua caixa de Pandora com esse horror, que a Lei da Reciprocidade tratou de abrir. Ao invés de direcionar seu livre-arbítrio para incrementar ainda mais a beleza circunjacente, como era com razão dela esperado, a humanidade fez o inverso disso. E agora... agora ela olha perplexa para o resultado do seu querer, obrigada a viver em meio ao horror de suas obras falsas.

A Bíblia nos dá indicações sobre o porquê dessa calamidade, conforme enfatiza o teólogo italiano Bruno Maggioni: “A visão da Bíblia é de que o sofrimento não vem de Deus como algo positivo; vem do pecado.” Sim, do pecado gerado e praticado em múltiplas formas pelo *Homo sapiens*, que de “*sapiens*” só tem mesmo esse irônico título auto-outorgado, visto que jamais quis de fato adaptar-se sabiamente, como um ser pensante, às vigentes leis naturais. Longe disso. Nossa espécie optou por construir para si um habitat artificial aqui na Terra, onde passaram a vigorar outras leis, desconhecidas da natureza até então: egoísmo, cobiça, imoralidade, inveja, astúcia, ódio. O ser humano quis *dominar* a natureza imaculada para reinar incontestemente sobre ela para sempre. E, para tanto, não se deteve diante de nada: poluiu o ar, sujou rios e mares, envenenou o solo, maltratou e matou animais que, como ele, também tinham o mesmo direito de viver e se desenvolver neste planeta. Ele é a própria imagem do destruidor, do “perverso, de coração cruel, que não atenta para a vida dos seus animais” (Pv12:10). Tudo tinha de girar em volta dele, o Universo inteiro havia sido criado unicamente para servi-lo...

Rematada tolice é pouco para descrever tamanha arrogância, à qual é preciso acrescentar ainda uma enorme dose de estupidez. Só mesmo estupidez em alta dosagem não deixa perceber que tudo quanto é vivo na natureza apresenta um múltiplo valor de utilidade. De bactérias a baleias, de arbustos a sequóias, tudo tem sua função no mundo. A necessidade de ser útil no conjunto da natureza é condição indispensável para uma espécie poder continuar a fazer parte dela. Enquanto uma determinada espécie seguir esse curso natural de desenvolvimento, aperfeiçoando continuamente a contribuição que dá à natureza como um todo, ela tem assegurada sua permanência no mundo, protegida pela própria natureza. Mas, se por qualquer motivo se afastar desse caminho natural, tornando-se nociva ao invés de útil, será simplesmente eliminada do mundo, por efeito automático de leis também naturais. Uma espécie mutante perniciososa é automaticamente excluída, para resguardo e proteção das demais espécies. Trata-se apenas de um processo de autoconservação global, que a humanidade está sendo obrigada a vivenciar agora da maneira mais dramática possível, na forma de doenças terríveis, alterações das condições ambientais do planeta e catástrofes naturais crescentes.

A humanidade se comporta, já há muito, como uma unha infeccionada de um artelho, a qual vem resistindo a todas as tentativas de cura. Contudo, se a infecção avança e se mostra mesmo incurável, é preciso extrair a unha ruim, para que o dano não progrida e acabe afetando o funcionamento de todo o pé. No lugar da unha arrancada, logo crescerá uma nova unha sadia. A única coisa desconcertante no processo curativo análogo em curso no corpo da Criação, é que essa unha, que representa a humanidade, já está tão degenerada pela doença que acredita poder continuar crescendo fora do corpo...

Ainda como decorrência direta da lei básica da Reciprocidade, temos também a necessidade de *movimentação* na Criação.

Na escola aprendemos que um corpo só pode conservar seu movimento se suplantar as forças que a ele se antepõem. Na Terra, o atrito e a gravidade agem freando o movimento dos corpos, de modo que é preciso sempre gastar determinada quantidade de energia para se conservar um movimento qualquer. Automóveis, aviões e foguetes queimam combustível para manterem-se em movimento; pássaros têm de vibrar suas asas para permanecerem no ar, e peixes as suas barbatanas para não afundar. Todo corpo precisa de um provisionamento contínuo de forças, que despense para conservar-se em movimento. E tem de prosseguir *movimentando-se continuamente*, se não quiser descer do lugar em que se encontra.

Se for impedido disso por qualquer motivo, a lei da adaptação o moldará de acordo com o respectivo grau de movimentação. Normalmente se diz que pingüins, emas e avestruzes não podem voar porque suas asas são muito pequenas e inapropriadas para o vôo. Na verdade acontece o contrário. Por terem deixado de voar devido à sua adaptação de vida no solo, suas asas se atrofiaram e não permitem mais que esses pássaros voem. O bicho-da-seda é outro exemplo: por ter sido cultivado por tanto tempo pelo homem, perdeu a capacidade de voar. Se o ser humano, por qualquer motivo, não movimentar suas asas espirituais, essas igualmente se atrofiarão, de modo que não poderá mais alçar um vôo às alturas, mesmo que queira.

Na Criação, parar significa estagnação, retrocesso, a que se segue a deterioração. Se um cantor não exercita sua voz, ela logo perde o timbre e a vivacidade; se deixarmos de falar ou escrever uma língua que tivermos aprendido, logo esqueceremos seus princípios básicos e teremos dificuldades crescentes em nos comunicar com ela; se um braço fica engessado por muito tempo, se atrofia e enrijece; se a água da chuva se acumula numa poça qualquer, apodrecerá em pouco tempo. Na física, esse fenômeno de perda de utilidade, ou “aumento da desordem”, é chamado de entropia. Os cientistas constataram que num sistema fechado (sem movimentação), a desordem, portanto a entropia, sempre cresce com o tempo. Esta é, aliás, a base da segunda lei geral da termodinâmica.

Essa lei terrenamente reconhecida, porém, é apenas mais um corolário, somente mais um efeito visível na matéria de uma lei muito mais ampla: a Lei do Movimento na Criação. Essa Lei do Movimento estabelece que a conservação e o desenvolvimento só são possíveis através da movimentação permanente. Assim como acontece com as demais, também essa lei atravessa todos os planos da obra da Criação, perfluindo por conseguinte todas as suas criaturas. Por essa razão, o espírito humano também está sujeito a ela, independentemente se vive aqui na Terra ou em alguma outra parte do assim chamado Além.

Por isso, se quiser manter-se sadio, se pretender, inclusive, permanecer existindo, o espírito humano precisa movimentar-se continuamente. E na direção certa. Tem de aperfeiçoar-se constantemente no sentido do bem. Tem de fazer prevalecer sua vontade sobre os obstáculos que a ela se antepõem, como o comodismo, a indolência, as falsas

diretivas impostas pelo raciocínio cismador, a crença cega e tanta coisa mais. Se não se animar em suplantar esses obstáculos, também ele, o espírito humano, acabará estacionado em seu desenvolvimento, cuja consequência inicial é o atrofiamento de suas capacitações e, por fim, a sua própria e automática desintegração. No gigantesco mecanismo da engrenagem universal uma peça defeituosa é simplesmente lançada fora num dado momento, para que o conjunto inteiro não sofra danos.

Foram igualmente esses dois maiores inimigos da humanidade em todas as épocas: o domínio irrestrito do raciocínio e a concomitante indolência do espírito, que cuidaram de eliminar todos os impérios que já passaram por aqui, tidos e havidos como eternos em suas respectivas épocas, mas cujo apogeu nada mais era no fundo do que uma mistura pútrida de cobiça e crueldade. Quadros falsos, pintados com violência e lustrados com imoralidade, recobertos com um verniz de glória aparente. Desde tempos imemoriais “o poder passa de uma nação a outra pela injustiça, pela violência e pela riqueza” (Eclo10:8). E o resultado final sempre foi destruição e descalabro por toda a parte. Acaso alguém supõe que agora, em nossa época, o processo será diferente? Vale lembrar que as leis da natureza são *as mesmas de outrora*, e que elas são imutáveis, eternas... A História mostra com muita nitidez como a violência é completamente inútil para a conservação de um Império. É o mesmo filme de sempre, o mesmo roteiro, apenas rodado com outras personagens e em outras paragens. Assim se mostraram a ascensão e queda dos Impérios Assírio, Babilônico, Romano, Bizantino, Britânico... No auge de seu poderio, os colonizadores ingleses gostavam de dizer que no Império Britânico “o Sol nunca se põe”. E os povos colonizados completavam: “e o sangue nunca seca...”<sup>2</sup>

Da criatura humana é exigido, pois, que se movimente continuamente na direção certa, a fim de manter sadia a si própria e seu ambiente. Essa movimentação deve servir-lhe também para obter uma compreensão clara de suas atribuições dentro do imenso mecanismo da obra em que vive. Jamais esteve previsto que o desenvolvimento do ser humano aqui na Terra tivesse de se processar no escuro, às apalpadelas, sem uma compreensão clara de sua origem e missão. Pelo contrário. Desde o nascimento do primeiro ser humano na Terra, já estava determinado que ele teria informações crescentes sobre o sentido da vida e seu papel na engrenagem universal. Mas isso sempre e somente quando atingisse, *por si mesmo*, um determinado grau de maturidade. Nunca antes, pois o solo precisa estar adequadamente preparado para a sementeira, caso contrário ela não vingará.

Essa contingência espiritual de o ser humano ter de se esforçar sozinho para amadurecer remonta, pois, aos primórdios da humanidade, e desde então não mudou de maneira alguma. Permaneceu sempre a mesma, porque é determinada por essa Lei do Movimento na Criação. No Antigo Testamento também vemos referências claras a respeito dessa lei, como nessa passagem de Eclesiastes: “Quem somente observa o vento nunca semeará, e o que olha para as nuvens nunca segará” (Ec11:4).

Uma lei da Criação é, por definição, imutável, pois o que já é perfeito não pode, evidentemente, estar sujeito a aperfeiçoamentos. É contingência indesejável que o ser humano precisa amadurecer por si mesmo, através das vivências que encontra em suas peregrinações nas materialidades, caso quiser ascender. Atingido um certo grau de maturidade, torna-se-lhe então possível acolher reconhecimentos mais elevados, que

---

<sup>2</sup> Exceção notável a essa seqüência de reinos fundamentados na violência foi o Império Inca. Ao leitor que desejar conhecer mais sobre os Incas, o último povo na Terra ainda ligado à Luz, indica-se a obra *A Verdade Sobre os Incas*, de Roselis von Sass.

levantam um pouco mais para ele o véu da atuação do mecanismo do Universo, mas sempre dentro das limitações impostas pelo conceito que tem de espaço e de tempo.

O conceito de espaço e tempo também depende categoricamente da movimentação do espírito, estando, portanto, vinculado à Lei do Movimento. As idéias científicas de tempos mutáveis, que podem ser esticados ou encolhidos, são apenas tentativas de se compreender a variação do *conceito* de espaço e de tempo, este sim mutável.

De fato, não é o tempo que muda, e sim a percepção que temos dele. Quanto mais elevado for um espírito humano, tanto mais vivenciará e assimilará num determinado tempo. Em outros planos da Criação, os conceitos de espaço e tempo são completamente diferentes, permitindo que um ser humano nessas regiões vivencie muito mais do que seria possível aqui na Terra. Lá não atua mais o raciocínio preso à matéria, e sim a intuição espiritual, que proporciona uma vivência muito mais intensa de tudo. E isso vai num crescendo até o plano espiritual da Criação, denominado Paraíso, o destino final dos espíritos humanos que se desenvolveram de modo certo. Lá, um ser humano vivencia no espaço de um dia terreno tanto quanto em mil anos terrenos. Foi por isso que Pedro disse: “com o Senhor [isto é, no reino Dele], mil anos são como um dia” (2Pe3:8), reproduzindo o mesmo ensinamento contido no salmo: “Pois mil anos são aos teus olhos como o dia de ontem que passou” (Sl90:4), e que também aparece no livro apócrifo de Jubileus: “Mil anos são como um dia no céu” (Jb4:29).<sup>3</sup>

A passagem a seguir tem o mesmo sentido: “Verdadeiramente, um dia em vossos átrios vale mais que milhares fora dele” (Sl84:11). Esses *átrios* representam a região mais elevada que um ser humano pode alcançar quando plenamente maduro: o reino espiritual a ele destinado, como máxima distinção que possa ser conferida a um espírito humano. Correspondem aos *vestíbulos* de um Templo excelso, o Supremo Templo do Graal, situado muito acima do Paraíso, no ápice da Criação primordial.

Quanto maior *mobilidade* apresentar, pois, um espírito humano, quanto mais aplicado e atuante for, tanto mais vivenciará num certo espaço de registro de tempo, mesmo aqui na Terra. Exteriormente isso se mostra como uma aparente dilatação temporal, isto é, tem-se a impressão de que para uma determinada pessoa o tempo parece esticar, de forma a permitir que ela faça tudo a que se propusera. Interiormente, porém, dá-se o contrário. Para aquela mesma pessoa o tempo parece voar, de modo que mal consegue utilizá-lo como gostaria na consecução dos seus objetivos. Contudo, não foi o tempo que voou com tamanha rapidez, e sim a respectiva pessoa é que atuou diligentemente dentro dele. Foi ela que propriamente “voou” dentro do tempo, e por isso, somente por isso, ele pareceu passar tão rápido. Dizem que, no fim da vida, Leonardo da Vinci se queixou de não ter tido tempo de fazer tudo quanto gostaria...

O tempo está indissolúvelmente ligado ao espaço. Tempo-espaço é o binômio concedido a cada criatura para o seu desenvolvimento, esteja ela na matéria ou em qualquer outra parte da Criação. A primeira frase da Bíblia diz que “*no princípio*, Deus criou o céu e a Terra”. Esse “*princípio*” quer significar o aparecimento do tempo e do espaço, dois conceitos atrelados à toda obra criada. Antes desse “*princípio*” só existia o que não foi criado: o próprio Criador e a eterna esfera divina. O gênero humano atua e se desenvolve dentro do espaço e do tempo inerentes à Criação: o Senhor do céu e da Terra “fixou a seqüência dos tempos e os limites para a sua habitação” (At17:26).

---

<sup>3</sup> Ver, a respeito, a dissertação “E Mil Anos São Como Um Dia”, no segundo volume da obra Na Luz da Verdade, a Mensagem do Graal de Abdruschin.

O cientista Albert Einstein, um dos poucos que sobressaíram do costumeiro padrão rígido dos discípulos da ciência, através de uma impressionante segurança intuitiva, estabeleceu como base de sua revolucionária teoria da relatividade que as leis da natureza permanecem as mesmas para todos os observadores em movimento livre. Com isso, ele demonstrou que o espaço e o tempo estavam intimamente relacionados, de modo que um não poderia existir sem o outro.

Isso é um fato, contudo o tempo não se altera. Ele permanece parado. O que muda é, conforme dito, a percepção que temos dele, segundo nossa própria *mobilidade espiritual*. É como numa viagem de trem, em que a paisagem parece passar com maior ou menor rapidez diante da janela, conforme a velocidade da composição. Apesar de dar essa impressão, não é a paisagem que se movimenta, e sim o trem é que passa por ela com velocidade maior ou menor. A paisagem é o tempo, o trem é o espírito humano, a velocidade é sua capacidade de vivenciar. Isso vale não somente para a vida terrena, mas para toda a existência humana. A tão sonhada máquina do tempo sempre esteve ao alcance do ser humano: é ele próprio.

Mesmo aqui na Terra podemos observar essa diferença de percepção do tempo ao longo da vida. Todos nós, certamente, já notamos uma mudança na velocidade de assimilação dos fatos a partir da adolescência. A partir daí o tempo parece correr mais rápido, porque é nessa época que o espírito passa a atuar. Na infância tínhamos a nítida impressão de que o tempo passava mais devagar. Parecia decorrer uma eternidade até o período de férias chegar; a festa de Natal, sempre ansiosamente aguardada, era um evento que se repetia mui raramente; o dia do aniversário, então, parecia até um golpe de sorte quando finalmente despontava. À medida que crescemos, a estória se inverte. Parece que o tempo se acelera. Mal repetimos nossas eternamente imutáveis resoluções de ano novo, e as semanas e meses já iniciam sua desabalada carreira. Quando nos damos conta já estamos prestes a ultrapassar o primeiro semestre, para logo em seguida nos surpreendermos com os primeiros acordes natalinos. E, no entanto, sabemos que as intermináveis horas da infância possuem os mesmos fugazes 60 minutos da fase adulta.

A explicação dessa mudança de percepção está, pois, na vivência. É a vivência do ser humano que se intensifica a partir de certa idade, e não o tempo. O tempo não muda. Os movimentos dos ponteiros do relógio apenas registram numericamente nossa passagem dentro do tempo aqui na Terra. O tempo não passa, nós é que passamos dentro dele. Quando o corpo terreno atinge um determinado estado de maturação, na adolescência, o espírito dentro dele passa a se fazer valer plenamente, e então as vivências se intensificam. O simples início natural e automático da atuação espiritual já é, pois, suficiente para alterar a percepção do tempo, mesmo aqui na Terra, em escala reduzida.

Contudo, na quase totalidade dos casos o espírito não atua como deveria a partir dessa época tão especial da vida. Ao invés de se manter no comando da situação, conforme seria de se esperar e, aliás, como é sua função, o espírito humano quase sempre se curva às imposições do raciocínio, excessivamente estimulado e unilateralmente desenvolvido já no início da segunda década de vida. A vontade espiritual não consegue se sobrepor à intelectual, e assim o espírito, que é tudo no ser humano, que é a bem-dizer *ele próprio*, quase sempre se torna escravo do seu raciocínio, um mero instrumento a ele concedido para utilização durante a vida terrena.

Por isso, toda essa correria da vida moderna não constitui nenhum incremento real de vivência para o espírito, conforme Jesus já indicara na advertência a Marta, irmã de Maria de Betânia: “Marta, Marta, tu te inquietas e te agitas por muitas coisas; no entanto, pouca coisa é necessária, até mesmo uma só” (Lc10:41). Toda essa lufa-lufa dos nossos dias é tão-

só fruto da atividade cerebral, que naturalmente só pode encontrar valor em coisas materiais, visíveis e palpáveis, inteiramente consentâneas com *o conceito terreno de espaço e tempo*. O que se acha além do espaço-tempo terrenal, o cérebro humano, pela sua própria constituição, não é capaz de assimilar nem de avaliar, enquanto que o espírito, único capacitado para isso, encontra-se por demais fraco e sonolento para assumir a tarefa.

E assim o ser humano passa pela vida terrena, celeremente, sem se preocupar em saber quem ele é, de onde vem e qual a finalidade da sua existência. Pior: passa através da vida sem mesmo procurar saber como deve proceder para poder continuar existindo na Criação. Nada disso tem importância para ele, o espírito adormecido no esquite intelectual. Se o espírito humano atuasse como deveria, suas vivências seriam incomensuravelmente mais ricas, transformar-se-iam em reconhecimentos duradouros, indelévels, e com isso em evolução.

Mas vamos voltar para o que aprendemos na escola. A gravitação descoberta por Newton, dissecada posteriormente pela física relativística e constituindo até agora o último entrave à elaboração de uma “teoria do campo unificado”, é igualmente o efeito terrenamente visível de uma segunda lei básica da Criação: a **Lei da Gravidade**.

O enunciado da lei da gravitação universal, de Newton, estabelece que um corpo sempre atrai outro com uma força proporcional ao produto de suas massas e ao inverso do quadrado da distância que os separa.<sup>4</sup> Essa conta ainda precisa ser multiplicada por um fator invariável: a constante gravitacional “G”. Aqui, na materialidade, podemos até determinar experimentalmente o valor dessa constante gravitacional, medindo a força de atração entre dois corpos de massas conhecidas.

A absoluta perfeição com que essas interações se evidenciam no Universo material causa assombro aos cientistas que se ocupam com o estudo delas. Um conceituado físico descobriu que se a força que mantém unidos prótons e nêutrons fosse apenas alguns pontos percentuais mais intensa do que é, o Universo não teria hidrogênio, e a água e as estrelas não poderiam existir. A vida seria impossível nessas condições. Um outro pesquisador verificou que se a constante gravitacional de Newton tivesse um valor minimamente diferente, só existiriam estrelas dos tipos gigantes azuis e anãs brancas, o que igualmente tornaria impossível o surgimento da vida em qualquer parte do Universo.

A mecânica quântica, que estuda a interação entre partículas subatômicas, destrinchou as forças conhecidas na natureza em quatro tipos: gravitacional, eletromagnética, nuclear forte e nuclear fraca, mas defende (com muita propriedade) que todas elas são provavelmente facetas distintas de uma força única, a qual ainda não foi possível descrever numa teoria unificada. Dessas quatro interações conhecidas, somente a gravitação ainda não se mostrou “quantificável” pela mecânica quântica, o que naturalmente não invalida a teoria da existência de um campo único.

Essas quatro manifestações de força descritas pela mecânica quântica, terrenamente perceptíveis, são, mais uma vez, expressões da muito maior e absolutamente abrangente Lei da Gravidade, da qual a gravitação descoberta por Newton também constitui apenas um efeito mínimo. Como todas as outras, a Lei da Gravidade perpassa toda a Criação, e não apenas os corpos siderais materiais, nos quais se reconhece uma pequena parcela de seus efeitos.

---

<sup>4</sup> Uma nota curiosa: Newton era um cristão devoto e achava que sua melhor obra era uma interpretação do Livro bíblico de Daniel. Deixou inúmeros comentários e referências a esse Livro, todos solenemente ignorados pela posteridade.

Em sentido amplo, essa lei faz com que cada espírito humano ascenda ou desça às regiões a que pertence, segundo sua constituição anímica. Ambos, ascensão e queda, são efeitos justos e indesejáveis dessa Lei da Gravidade Espiritual que, tal como as outras leis universais, mantém em funcionamento perfeito a imensa engrenagem da Criação, ajustada até as minúcias desde o início dos tempos. Almas pesadas e sujas, carregadas de vícios e pendores, afundam após a morte terrena para regiões igualmente densas e lúgubres, consentâneas com a constituição delas. Já almas leves e limpas, purificadas, preenchidas de verdadeiro amor ao próximo e alegria de viver, ascendem automaticamente para regiões mais luminosas.

Daí a advertência de Jesus: “Ficai de sobreaviso para que os vossos corações não fiquem *pesados* pela embriaguez, pelas orgias e pelas preocupações da vida...” (Lc21:34). Daí também o incitamento explicitado nesse trecho da Epístola aos Hebreus: “Desembaraçando-nos de *todo peso* e do pecado que tenazmente nos assedia, corramos com perseverança a carreira que nos está proposta” (Hb12:1). Um peso acarretado não somente por ações, mas também por pensamentos e até por palavras: “A cada um será *peso* a sua palavra” (Jr23:36).

A atuação dessa lei também é retratada na história do homem rico e avarento que depois da morte vai para um lugar de tormentos, nas profundezas. Lá ele vê Abraão e Lázaro “ao longe”, e pede ao mendigo Lázaro, que conhecera em vida, que o ajude, o qual se encontra agora num lugar de paz, numa região elevada. Mas Abraão, que está ao lado de Lázaro, lhe diz: “Está posto *um grande abismo* entre nós e vós, de sorte que os que querem passar daqui para vós outros não podem, nem os de lá passar para nós” (Lc16:26). Ou seja, a Lei da Gravidade cuida de manter a separação entre o que é trevoso e o que é luminoso.

Com isso, já nos tornamos aptos a responder a pergunta: “Quem é que sabe se o espírito dos humanos sobe para o alto e se o espírito dos jumentos desce para baixo, para a Terra?” (Ec1:3:21). A alma do animal sempre ascenderá automaticamente, por efeito dessa lei, à região a que pertence por sua constituição. Como a alma do animal não pode se tornar pesada, já que este nunca atua de modo contrário às leis da natureza, sua alma ental sempre ascenderá até o respectivo ponto de origem, situado acima da materialidade. Poderá até conservar sua forma, caso tenha se fortalecido pelo sentimento de amor. Já em relação ao ser humano... depende. Depende de como ele atuou aqui na Terra com sua vontade intuitiva, seus pensamentos e suas ações. Se atuou de modo certo, sua alma, incandescida pelo espírito, também ascenderá a regiões luminosas, consoantes à sua leveza. Mas, se atuou erradamente, sua alma tornada com isso escura e pesada igualmente afundará, por efeito dessa mesma Lei da Gravidade, a regiões tenebrosas e densas, de mesma constituição.

O filósofo grego Platão (427 – 347 a.C.) já dizia que uma pessoa muito apegada ao mundo terreno ficava *pesada* após a morte, e não poderia mais ascender ao “mundo das idéias”, tendo de retornar à Terra para uma nova vida na matéria. O Padre e Doutor da Igreja, Clemente de Alexandria (150 – 213) – Titus Flavius Clemens – dizia que esse mundo das idéias não era outro senão o reino de Deus, e que Platão havia aprendido de Moisés que se tratava de um lugar que continha todas as coisas universalmente.

A matéria age como uma âncora para espíritos de níveis distintos, de modo que todos podem se encontrar e se comunicar aqui. Em nenhum outro lugar da Criação isso é possível. É como uma imagem de balões multicoloridos, presos a fios de comprimentos diferentes e amarrados num mesmo lugar. Os balões mais altos e de cores mais vivas (espíritos mais evoluídos) estão fixados no mesmo plano dos balões mais baixos e mais

esmaecidos (espíritos menos evoluídos), possibilitando um intercâmbio entre eles. Algo que, mesmo aqui na matéria, não é muito comum. Pela Lei de Atração da Igual Espécie, que abordarei em seguida, os balões mais altos procuram ficar naturalmente próximos, enquanto que os mais baixos também se ajuntam automaticamente. Um balão mais alto pode perceber a limitação do mais baixo; pode, inclusive, movido de amor, inclinar-se para ele e indicar o caminho para cima, mas não está apto a levá-lo consigo para as alturas onde paira. Essa possibilidade depende inteiramente do balão mais baixo. Ele é que tem de adquirir mais gás e conseguir mais fio, se quiser ascender espiritualmente. E quanto mais alto subir, maior fulgor também adquirirá sua cor. Depois da morte terrena, que equivale ao rompimento do fio, cada balão subirá por efeito da Lei da Gravidade até onde lhe permite sua quantidade de gás, e lá, naturalmente, só encontrará outros balões semelhantes, de mesmo tamanho e forma.

Estreitamente ligada à Lei da Gravidade encontra-se uma terceira lei básica da Criação: a **Lei de Atração da Igual Espécie**. Como não podia deixar de ser, também esta perflui integralmente o espírito humano, esteja ele ainda aqui na Terra ou não. Essa lei estabelece que uma determinada espécie sempre atrai outra igual. E isso em todos os campos da vida humana.

Na Terra, esse fato é nitidamente reconhecível nas afinidades entre as pessoas, quer se trate de pendores ou qualidades. Alcoolistas, fumantes, trapaceiros, jogadores e viciados em sexo sempre encontram pessoas de igual espécie para tratar de assuntos afins. Do mesmo modo, uma pessoa de índole nobre também reconhece imediatamente outra semelhante, de mesma espécie, com a qual pode tratar de temas elevados. Cabe lembrar aqui essa constatação do apóstolo Paulo: “Os que se inclinam para a carne cogitam das coisas da carne; mas os que inclinam para o espírito, das coisas do espírito” (Rm8:5). É também efeito dessa lei a constatação de que “o justo encontra sua alegria na prática da justiça” (Pv21:15). A igual espécie aqui é o legítimo sentimento de justiça, que os justos trazem naturalmente em si.

Os ditados populares: “dize-me com quem andas que te direi quem és”, “cada qual com seu igual”, “cada ovelha com sua parelha” e ainda outros semelhantes, originaram-se da observação inconsciente dos efeitos dessa Lei de Atração da Igual Espécie na vida cotidiana. Reconhecemos um eco dessa lei no livro de Levítico, onde o Senhor ordena: “Não acasalarás animais de espécie diferente. Não semearás em teu campo duas espécies de semente, nem usarás roupa tecida com duas espécies de fio” (Lv19:19). Já o autor do livro Eclesiástico percebeu que “pássaros da *mesma espécie* aninham-se *juntos*” (Eclo27:9). Sim, e por isso mesmo sempre se poderá delinear características semelhantes entre dois amigos que não se largam: “Assim como o rosto se reflete na água, assim o coração de um se reflete no do outro” (Pv27:19).

Na mencionada história do homem rico, Lázaro e Abraão estão juntos num plano elevado porque ambos são de igual espécie espiritual. É o mesmo conceito que transparece no final do livro apócrifo 4Esdras, quando o protagonista, Esdras, é levado “ao lugar onde estão *os que se parecem* com ele” (4Esd14:49,50).

A Lei de Atração da Igual Espécie, atuando em conjunto com a Lei da Reciprocidade, é de extrema importância também nas encarnações. Ao contrário do que se imagina comumente, não existem acasos numa encarnação, assim como não existem acasos em fenômeno algum da natureza. Uma alma não pode encarnar-se num determinado lugar, numa certa condição social e numa família específica se antes não tiverem sido satisfeitas as disposições para isso, determinadas pelas leis primordiais. Uma encarnação é o resultado

final de múltiplas contingências, determinadas por fios do destino que se sobrepõem e se entrelaçam, urdidos em vidas terrenas anteriores, assim como pela concomitante atração da alma pela sua espécie igual.

A alma prestes a encarnar é *atraída* para aquele local, para aquela família cujas pessoas têm afinidades anímicas com ela. Força especial de atração exercem justamente as fraquezas, porque são estas que precisam ser dirimidas numa vida terrena. Desse modo, cada vida aqui na Terra é uma oportunidade sem igual para se corrigir antigos erros, sobrepujar fraquezas e evoluir espiritualmente. A vida terrena é uma autêntica dádiva dos céus.

Cada vida terrena é, sim, uma dádiva do Amor do onipotente Criador, presente em toda Sua obra gigantesca, e assim também neste nosso plano material. Cada esporo, cada óvulo ou ovo fecundado – os zigotos de seres humanos e animais – encerram em si a promessa da continuação do grandioso espetáculo da vida, fornecendo continuamente novos atores a este palco terreno, onde todos entram em cena para desempenhar os mais variados papéis, em novos atos descortinados por efeitos de leis universais, aprendendo com estas na grande trama do desenvolvimento progressivo. Uma eterna renovação periódica de vida, num permanente dar e receber, direcionada exclusivamente para o aperfeiçoamento da própria vida.

Além do papel preponderante nas encarnações, a Lei de Atração da Igual Espécie também forma, como mencionado, o respectivo âmbito de matéria fina de uma pessoa, segundo a espécie de seus pensamentos e intuições. Esse ambiente não é percebido pelos nossos olhos corpóreos, que são constituídos de uma matéria mais grosseira, contudo é perfeitamente *sentido* por quem está nas proximidades da pessoa em questão. Provavelmente muitos já devem ter notado como uma pessoa boa, interiormente pura, refresca imediatamente o ambiente em que adentra, tão-somente com sua presença. São pessoas que despertam uma misteriosa simpatia, sem causa visível, como a moça Ester, que “conquistava a benevolência de todos os que a viam” (Est2:15).

Por outro lado, certamente não haverá quem já não tenha percebido a situação oposta – muito mais comum – em que uma pessoa, também só com a sua presença, talha o ar à sua volta, oprimindo desagradavelmente os que lhe estão próximos. Em ambos os casos foi a respectiva pessoa que formou um âmbito luminoso ou escuro ao seu redor, pelo efeito da Lei de Atração da Igual Espécie, o qual é então percebido pelas demais pessoas. Naturalmente, ambas receberão as conseqüências de seu modo de ser, boas ou más, através da atuação da já mencionada Lei da Reciprocidade.

Vemos que tal como as leis humanas, as leis da Criação igualmente acarretam conseqüências danosas para quem as desobedece. De fato, a definição geral é, em princípio, a mesma: lei é uma diretriz de conduta que, se não for cumprida, acarreta penalidades ao faltoso. Essas penalidades devem ser proporcionais ao alcance do prejuízo causado pela falta e, de tal forma, que para o indivíduo submetido a uma lei pareça-lhe muito mais sensato obedecê-la do que descumpri-la. À primeira vista, essa definição pode ser considerada válida para os dois tipos de leis existentes: as leis terrenas, instituídas pela vontade humana, e as leis da Criação ou universais, instituídas pela Vontade do Criador. As aparentes semelhanças entre ambas, porém, terminam aqui.

As leis humanas regem a vida em sociedade de uma pessoa enquanto ela está aqui na Terra. As leis da Criação, por sua vez, condicionam a própria existência do ser humano, moldando todo seu destino, esteja ele ainda aqui na Terra ou em qualquer outro plano da Criação.

As leis humanas são intrinsecamente imperfeitas e devido a isso mutáveis, tanto no tempo como no espaço. Uma lei promulgada há um mês pode já não estar em vigor hoje, e a legislação de um país não se aplica a outro. Os seres humanos têm o poder de alterar à bel-prazer suas leis, de modo arbitrário, segundo as necessidades do momento. O Criador não. Suas leis da Criação são absolutamente perfeitas, e justamente por isso não estão sujeitas a qualquer alteração. Jamais poderão ser ampliadas, reduzidas ou revogadas. Muito menos aperfeiçoadas. Existem desde o início dos tempos e permanecerão existindo por toda a eternidade, imutáveis, intangíveis e incorruptíveis: “As obras das Suas mãos são verdadeiras e justas, *todos os Seus preceitos são firmes, fixados para todo o sempre*, feitos de retidão e de Verdade” (Sl111:7). Daí também o sentido das sentenças: “Nem um i ou um til se omitirá da Lei, sem que tudo seja cumprido” (Mt5:18); “É mais fácil passar o céu e a Terra, do que cair um til sequer da Lei” (Lc16:17). Essas são indicações claras de que por fim tudo tem de se cumprir dentro do conjunto das leis da Criação, na sua mais rigorosa observância, e de que elas não admitem o menor desvio ou alteração em sua inflexibilidade absoluta.

Como é absurdo, em vista disso, o preceito de que “os fins justificam os meios”. Como é verdadeiramente maquiavélica essa frase de autoria do filósofo Maquiavel (1469 – 1527), pois os fins *nunca* justificam os meios! Nem os meios nem os maus!... Só quem já perdeu os mais mezinhos sentimentos de justiça pode abraçar um tal lema deturpado. Deturpado e tolo ao extremo, já combatido severamente pelo apóstolo Paulo: “E então, por que não faríamos o mal para que daí resulte o bem, como alguns pretendem caluniosamente que nós digamos? Estes sim, merecem a condenação!” (Rm3:8).

Ao contrário das leis humanas, as leis que sustentam a Criação são, como vimos, extremamente simples. A própria simplicidade. Podem ser compreendidas perfeitamente por qualquer um, independentemente do seu grau de instrução. Nem poderia ser diferente, já que a elas estão submetidas todas as criaturas, e assim também o próprio espírito humano, não importando se na Terra é um analfabeto ou um PhD.

As leis humanas são falhas por natureza, visto serem produtos exclusivos do intelecto limitado. Estão repletas de brechas que permitem descumpri-las, sem acarretar ao infrator nenhuma sanção. Estão sujeitas a injunções políticas e interpretações dúbias, contribuindo para a especialização crescente de consultores que ensinam a burlá-las legalmente. Já com relação às leis da Criação nunca existiu, nem jamais existirá, um único caso em que uma criatura humana tenha descumprido alguma delas sem ter ficado imediatamente sujeita às conseqüências desse descumprimento. Em nenhuma hipótese sua culpa poderá ser “prescrita” por decurso de prazo nem sua pena comutada.

Por serem poucas, extremamente simples, absolutamente lógicas e tão incisivas para a existência do ser humano, não há nenhuma desculpa para seu descumprimento sob alegação de ignorância. O não cumprimento dessas leis por alegado desconhecimento demonstra que o infrator – poderíamos dizer também pecador – não se interessou por elas e nem fez o mínimo esforço para assimilá-las e *pô-las em prática*: “Não são, com efeito, os que escutam a Lei que são justificados diante de Deus; justificados serão aqueles que *a põem em prática*” (Rm2:13). Quando se diz que “é Deus quem justifica” (Rm8:33), então isso se dá pela atuação da Sua Lei da Reciprocidade, que Ele inseriu na obra da Criação.

Quem não põe em prática, em toda sua vida, o conjunto das leis de Deus, mostra que não se movimentou para tanto, o que já constitui uma transgressão direta à Lei do Movimento. O desconhecimento do funcionamento das leis naturais embota o espírito

humano, enrijece-o, embaça-lhe a vista e destrói paulatinamente sua capacidade de discernimento.

Pôr em prática as leis da Criação, isto é, cumpri-las, equivale a ajustar-se voluntariamente à Vontade do Criador, que as instituiu. E essa Vontade estabeleceu que em seus caminhos de desenvolvimento na matéria, assim como em outras partes da Criação, o ser humano deverá encontrar tão-somente alegria, felicidade e paz bem-aventurada: “Guarda Suas leis e Seus Mandamentos que hoje te dou para tua felicidade” (Dt4:40). Descumprir essas leis significa agir *contra* a Vontade do Criador, o que faz o ser humano angariar então para si exatamente aquilo de que elas procuram preservá-lo: dor, sofrimento, angústia, desespero e pavor. Por isso, grande sabedoria há em cumprir os Mandamentos do Senhor: “O sábio de coração aceita os Mandamentos” (Pv10:8).

Quanto mais elevado for um ser humano, quanto mais sábio se tornar em seus caminhos de desenvolvimento espiritual, tanto mais incondicionalmente se submeterá às leis da Criação instituídas por Deus, já que assim lhe fica assegurada de antemão a felicidade. É esta a maior sabedoria que um ser humano pode almejar. É a suprema arte de viver.

### ***A Lei da Reciprocidade***

Conforme visto, as leis básicas da Criação são três: a Lei da Reciprocidade, a Lei da Gravidade e a Lei de Atração da Igual Espécie. Como já mencionei alguns exemplos da atuação da Lei da Gravidade, vamos nos ater aqui às explicações de Jesus sobre a atuação das outras duas leis primordiais.

Especificamente em relação à Lei da Reciprocidade, dada sua abrangência, vamos dividi-la em duas: a Lei da Reciprocidade propriamente dita e a Lei do Movimento que, como analisado, é uma decorrência natural daquela. O movimento não só existe em toda a Criação como até se constitui no sustentáculo de todo o existir. Na obra *Na Luz da Verdade*, dissertação “Destino”, Abdruschin traz o seguinte esclarecimento sobre a Lei da Reciprocidade agindo como impulsionadora do movimento contínuo no Universo:

“As pessoas falam sobre destino merecido e destino imerecido, recompensa e castigo, desforra e carma.

Tudo isso são apenas designações parciais duma lei existente na Criação: *a lei da reciprocidade!*

Trata-se de uma lei que existe na Criação inteira desde os seus primórdios, lei essa que foi entrelaçada inseparavelmente no vasto processo do evoluir eterno, como parte indispensável do próprio criar e do desenvolvimento. Como um gigantesco sistema de finíssimos fios de nervos, essa lei mantém e anima o gigantesco Universo, impulsionando permanente movimento, um eterno dar e receber!”

Jesus não poupou esforços para transmitir aos seres humanos o sentido das leis universais da Criação, particularmente da Lei da Reciprocidade. Em múltiplas oportunidades instou os ouvintes a cuidarem de suas próprias ações, porque no efeito

recíproco que elas geram teriam eles mesmos, infalivelmente, de arcar com as conseqüências. Uma de suas primeiras indicações a esse respeito é a seguinte:

*“Tu, porém, ao dares esmola, ignore a tua mão esquerda o que faz a tua mão direita, para que a tua esmola fique em secreto, e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará.”*

*(Mt6:3,4)*

Há quem procure explicar essas palavras com a indicação de que no Templo havia uma câmara de segredos, na qual os devotos depositavam secretamente suas ofertas, para que os pobres dali recebessem seu sustento “em secreto”. O sentido das palavras de Jesus, porém, não se refere a tais coisas, não diz respeito a algo tão restrito, tão mundano. Jesus, com seus ensinamentos, sempre dava orientações amplas para a atuação do *espírito humano* na Criação, e não para simples afazeres cotidianos durante sua curta estada aqui na Terra.

Quando ele adverte o ser humano para que, ao dar esmola, ignore a mão esquerda o que faz a direita, está primeiramente ensinando que um ato bom só tem valor quando provém do íntimo do ser humano, caso contrário será apenas mera exterioridade, produto da vontade mental, o raciocínio, com a finalidade de se destacar entre outras pessoas. Só o raciocínio evidencia essa preocupação com destaques e honrarias terrenas, não o íntimo do ser humano, não o espírito. Este último não precisa de holofotes para se fazer valer e nem anseia por isso.

A Lei da Reciprocidade leva em conta justamente o íntimo do ser humano e não as exterioridades que ele procura aparentar na Terra. Se o íntimo não for puro, não fará a menor diferença a quantidade ou valor das esmolas que ele distribui na Terra, como supõem tantos em sua tola esperança, não confessada, de que estas lhes devam ser creditadas de alguma maneira no céu, como se fossem um investimento metafísico de retorno garantido.

A segunda parte do ensinamento: “e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará”, mostra que um ato legitimamente bom do ser humano, proveniente de sua vontade intuitiva, portanto de seu âmago mais profundo, acarreta infalivelmente a recompensa devida pela atuação automática da Lei da Reciprocidade, que traz em si a Vontade do Pai. O ver em secreto indica, pois, uma atuação autônoma, ininfluenciável e absolutamente justa dessa lei. Esse ensinamento já havia sido dado no Antigo Testamento, também em linguagem metafórica: “Se disseres: não o soubemos; não o perceberá Aquele que pesa os corações? Não o saberá Aquele que atenta para a tua alma? E não pagará Ele ao homem segundo as suas obras?” (Pv24:12).

A indicação da atuação automática da Lei da Reciprocidade fica ainda mais clara na seqüência abaixo, num trecho da oração Pai Nosso dada por Jesus e a explicação que se lhe segue:

*“E perdoa-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores. (...) Porque se perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai celeste vos perdoará; se, porém, não perdoardes aos homens as suas ofensas, também vosso Pai não vos perdoará as vossas ofensas.”*

*(Mt6:12,14,15)*

Se uma pessoa causa intencionalmente mal a outra, fica ligada a esta por fios de reciprocidade, além de pôr em marcha os efeitos recíprocos correspondentes ao seu ato, quer se trate de uma ação visível, de palavras, ou mesmo de pensamentos.

Se o ofensor se arrepende e pede perdão ao atingido, este último tem efetivamente a prerrogativa de perdoá-lo, já que ambos estão ligados entre si por esses fios de reciprocidade. De outro modo não pode haver nenhum perdão, não sem o desencadeamento do respectivo retorno cármico sobre o ofensor, com o reconhecimento do erro por parte deste e o conseqüente resgate da culpa, situação em que ele estará efetivamente perdoado sob o ponto de vista das leis naturais. Em conformidade com essas leis, Jesus disse aos discípulos: “Se por sete vezes no dia [teu irmão] pecar contra ti, e sete vezes vier ter contigo, dizendo: *estou arrependido*, perdoa-lhe” (Lc17:4).

Essa contingência de ligação pessoal entre ofensor e ofendido, condicionada pela Lei da Reciprocidade, já descarta de pronto qualquer pretensão de um possível perdão concedido por alguém que não esteja diretamente ligado por esses fios de reciprocidade. Quando Jesus disse a Pedro: “O que ligares na Terra será ligado nos céus, e o que desligares na Terra será desligado nos céus” (Mt16:19), estava simplesmente indicando a prerrogativa do espírito humano de poder ligar e desligar esses fios, segundo sua própria maneira de atuar frente à Lei da Reciprocidade. É algo que diz respeito a todos os seres humanos terrenos, indistintamente. Nada mais do que isso. Em nenhum lugar está dito que Pedro fora agraciado aí com um dom especial, sobrenatural, nem tampouco que a partir daquele episódio teria autoridade sobre os demais discípulos.

Pedro foi um ser humano comum, com virtudes e falhas como qualquer outro, e chegou até a participar daquela disputa bobinha para ver qual dos discípulos era o maior (cf. Mc9:33-35). Antes de negar o Mestre por três vezes (cf. Mt26:70,72,74), ele já fora admoestado por ter dormido enquanto Jesus orava no Getsêmani, apesar de este lhe ter pedido, e também aos demais discípulos, que permanecessem em vigília. Disse Jesus severamente a Pedro naquela ocasião: “Nem sequer pudeste vigiar uma hora comigo!” (Mt26:40). E quando Paulo esteve em Antioquia, afirma em relação a Pedro que precisou “resistir-lhe face a face, porque tornara-se repreensível” (Gl2:11).

Esse entrevero entre Paulo e Pedro é mais uma indicação de que os dois apóstolos eram pessoas normais, comuns. Durante um interrogatório, os judeus viram que eles eram “pessoas simples e sem instrução” (At4:13). Ambos tinham suas qualidades e também seus erros, como qualquer pessoa bem-intencionada. Foram grandes homens, mas nunca “santos” intangíveis ou algo semelhante. No entanto, uma nota de rodapé da católica Bíblia de Jerusalém traz um esclarecimento peculiar sobre a imagem de Pedro ligando e desligando coisas no Além: “Caber-lhe-á [a Pedro], pois, abrir ou fechar o acesso ao Reino dos Céus, *por meio da Igreja*.” Um cristão que aceita isso, que acredita nisso, faz pleno jus em permanecer no seio dessa Igreja, até o fim. Destino equivalente merecem os fiéis que aceitam sem refletir a orientação racionalista de alguns dirigentes evangélicos, segundo a qual “deve-se usar apenas a inteligência e o raciocínio em assuntos de religião, e nunca dar ouvidos ao coração.”

Com sua alusão a ligar e desligar fios da reciprocidade, Jesus também nos dá uma indicação nítida de como deve ser a disposição interior para com nossos semelhantes. Devemos estar prontos a perdoar quem quer que nos tenha ofendido e tenha se arrependido: “Se teu irmão pecar contra ti, repreende-o; *se ele se arrepender*, perdoa-lhe” (Lc17:3). A palavra que em grego indica perdão é *metanoia*, que tem o sentido de mudar de atitude, redirecionar o coração. O ofensor precisa, portanto, querer de fato se redimir de sua má

ação, redirecionando seu modo de ser e de atuar, do contrário a concessão do perdão seria apenas uma condescendência imprópria por parte do ofendido, que só faria fortalecer o mal. Contudo, se houver um arrependimento sincero, então não devemos perdoar o próximo apenas “sete vezes”, mas “setenta vezes sete” (Mt18:22), diz alegoricamente Jesus. Em outras palavras, não deve haver limite para esse tipo de perdão.

Também o ato de perdoar precisa ser sincero, pois guardar rancor, ou, pior, alimentar desejos íntimos de vingança, já constituem outras más ações provenientes da vontade interior, e conseqüentemente dão ensejo à formação de um novo carma pesado, de mais fios ruins de reciprocidade, que igualmente terão de ser resgatados um dia. O Saltério e o Eclesiástico advertem sobre a irritação alimentada contra o próximo: “Não te irrites por causa dos maus (...). Desiste da ira, depõe o furor, não te irrites, só iria piorar” (Sl37:1,8); “Lembra-te dos Mandamentos, e não guardes rancor contra teu próximo” (Eclo28:7).

No final da parábola do rei e dos servos devedores podemos observar o resultado dessa piora. Ali, um dos servos, cuja elevada dívida tinha sido perdoada pelo seu senhor, não foi capaz de perdoar o seu conservo, que lhe devia uma ninharia. Vejamos a atitude tomada pelo senhor desses servos ao saber do fato e a conclusão de Jesus:

*“E indignando-se o seu senhor, o entregou aos verdugos, até que lhe pagasse toda a dívida. Assim também meu Pai celeste vos fará, se do íntimo não perdoardes cada um a seu irmão.”*

*(Mt18:34,35)*

Nota-se aí também, mais uma vez, a menção ao *íntimo* do ser humano, ou seja, ao seu *coração*, à sua vontade intuitiva.

Um pensamento ou desejo mau, oriundo dessa vontade intuitiva, já basta para ativar o mecanismo da reciprocidade, independentemente se tenha ou não podido ancorar-se na pessoa a que é destinado. Essa ancoragem só se dará se a pessoa visada tiver um âmbito de igual espécie em torno de si, condensado pela Lei de Atração da Igual Espécie. Por isso, uma pessoa interiormente boa, que conserva puro o foco dos seus pensamentos, isto é, o seu nascedouro no íntimo, *no coração*, estabelecerá a paz e conservará para si uma vida feliz, protegida de qualquer influência má externa: “Guarda o teu coração acima de tudo, porque dele provém a vida” (Pv4:23). Uma tal pessoa encontrar-se-á sempre resguardada de quaisquer conformações exteriores de ódio, inveja, maus-olhados, etc., pois as próprias leis da Criação concedem a ela uma proteção automática e eficaz: “Como o pássaro que foge e a andorinha que voa, a maldição gratuita não atinge a sua meta” (Pv26:2).

Em sentido inverso, o processo é idêntico. Pensamentos e intuições de verdadeiro amor ao próximo, de piedade ou compaixão sincera (não de pena ou dó), além de trazerem bons efeitos ao autor na reciprocidade, embelezam o âmbito da pessoa visada e a soerguem, desde que, do mesmo modo, essa pessoa tenha como dar guarida a esses bons influxos, ou seja, desde que seu próprio âmbito fino-material apresente uma espécie análoga. Caso tratar-se de uma pessoa interiormente má, geradora de maus pensamentos, essas boas influências igualmente não podem ancorar-se nela devido ao âmbito de espécie diferente, e ela ficará então privada das bênçãos que lhe adviriam dessa ligação.

Em todos esses processos é de se notar, com nitidez cristalina, a Justiça perfeita que reina na Criação, ajustada até as minúcias. Jesus descreveu com muita clareza essa situação no seguinte trecho do Evangelho segundo Lucas:

*“Ao entrardes numa casa, dizei antes de tudo: Paz esteja nesta casa! Se houver ali um filho da paz, repousará sobre ele a vossa paz; se não houver, ela se voltará sobre vós.”*

*(Lc10:5,6)*

Esse *dizei* indica a exteriorização de um desejar íntimo, capaz de atuar na pessoa a que é direcionado, desde que esta seja realmente um “filho da paz”, isto é, desde que tenha um âmbito de matéria fina de mesma espécie (paz) em torno de si. Do contrário, esse desejar não pode *repousar sobre ela*, ou seja, não pode ancorar-se nela devido ao ambiente de matéria fina de espécie diferente, tendo de retornar ao gerador.

No trecho a seguir, Jesus fornece um outro modo de expressão para o mesmo conceito de retorno das ações praticadas em relação a outrem:

*“Com o critério com que julgardes sereis julgados, e com a medida com que tiverdes medido vos medirão também.”*

*(Mt7:2; Mc4:24; Lc6:38)*

No Evangelho de Marcos, esse trecho aparece seguido da sentença: “...e ainda se vos acrescentará.” Esse complemento também se justifica, porque quando alimentamos uma determinada vontade em nosso íntimo, ou nos aprofundamos num pensamento qualquer, congregamos automaticamente formas análogas de matéria fina pela atração da espécie igual, as quais reforçam ainda mais o pensamento e a vontade intuitiva original. Disso advém que as conseqüências de retorno na reciprocidade também serão aumentadas, tanto no bom como no mau sentido: “Dai e ser-vos-á dado: uma boa medida, cheia, recalcada, transbordante será lançada no vosso regaço” (Lc6:38); “Não semeies nos sulcos da injustiça, para não vires a colhê-la sete vezes mais” (Eclo7:3).

A própria natureza nos dá mostras da atuação dessa lei: de alguns poucos grãos de milho plantados iremos colher várias espigas, cada uma delas com múltiplos grãos. A espécie básica do que foi semeado não mudou, continuou sendo milho, mas a quantidade colhida foi multiplicada. Esse mesmo efeito, de um avolumar contínuo da semente original, aparece nessa outra frase bíblica, que acabou se tornando um ditado muito conhecido em todo o mundo: “Semeiam vento, colherão tempestade!” (Os8:7).

Quando alimentamos dentro de nós algum pensamento ou vontade intuitiva estamos – do ponto de vista das leis naturais – pedindo por algo. Algo que nos será entregue infalivelmente, seja bom ou ruim, quer estejamos aqui na Terra ou não, pois “todo o que pede, recebe; o que busca, acha; e ao que bate, se abrirá” (Lc11:10). Jesus indica alegoricamente essa contingência, no caso de vontade boa, na passagem abaixo:

*“Qual dentre vós é o pai que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou se lhe pedir um peixe, lhe dará uma cobra? Ou se lhe pedir um ovo, lhe dará um escorpião?”*

*(Lc11:11,12; Mt7:9,10)*

A reciprocidade é tão incisiva para o espírito humano, que Jesus reiteradamente indicava para o próximo, isto é, para a necessidade de se fazer desinteressadamente o bem ao próximo, pois em virtude dos efeitos retroativos dessas ações, o que fizermos ao nosso semelhante estaremos fazendo, na verdade, a nós mesmos. Essa exortação do Mestre é especialmente nítida nas duas passagens abaixo:

*“Amarás teu próximo como a ti mesmo.”*

*(Mt22:39; Mc12:31; Lc10:27)*

*“Como quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles.”*

*(Lc6:31; Mt7:12)*

Foi por essa razão também que na sua primeira Epístola aos Coríntios, o apóstolo Paulo os exorta a “não buscar o próprio interesse, e sim o de outrem” (1Co10:24). Esse *interessar-se* preponderantemente pelo seu semelhante, de todo coração, é prova de verdadeiro amor ao próximo, é o sinal da passagem do egoísmo para o altruísmo, a ratificação de que a respectiva pessoa realmente passou a amar seu próximo como a si mesma.

Também não por outro motivo Tiago, em sua tão esclarecedora epístola, denomina mui acertadamente de *lei régia* o “amarás teu próximo como a ti mesmo” (Tg2:8), enquanto que novamente Paulo, nas epístolas dirigidas aos Romanos e aos Gálatas, afirma ainda mais enfaticamente que “tudo nessa sentença se resume” (Rm13:9, Gl5:14). Paulo, inclusive, põe o amor no topo da lista dos magníficos frutos do espírito (cf. Gl5:22), e deixa claro que nada é maior do que o amor (cf. 1Co13:13). O teólogo e tradutor Jerônimo, do século IV, de quem falarei mais adiante, conta que os discípulos do velho apóstolo João, cansados de ouvi-lo repisar sempre de novo a exortação “amai-vos uns aos outros”, perguntaram-lhe porque lhes repetia sempre a mesma coisa. E João respondeu: “Porque esse é o mandamento do Senhor, e com apenas esse que se cumpra, é quanto basta.” E assim é.

Quem realmente cumpre essa sentença jamais causará sofrimento a outrem durante sua peregrinação. Essa é a lei básica que contém tudo quanto precisamos saber. Por isso, os verdadeiros auxiliares da humanidade de todos os tempos sempre deixaram consignado a seus respectivos povos, de alguma maneira, o sentido dessa lei fundamental:

- “Não firaís os outros com o que vos fere.” (ensinamento budista);
- “Eis a súpula de todo o dever: não façais aos outros o que, se fosse feito a vós, vos causaria dor.” (Mahabharata – poema épico hindu);
- “O que não é de teu agrado não o faças também ao próximo. É essa toda a doutrina da Lei, todo o restante é apenas explicação.” (rabino Hillel);
- “Amarás o próximo como a ti mesmo, é o que há de mais importante na Torá!” (rabino Aqiba – Talmude);
- “Nenhum de vós sois um crente até devotar pelo próximo o amor que devotais a vós mesmos.” (Maomé).

É sempre o mesmo ensinamento, o mesmo preceito essencial, apenas expresso de modo diferente. O conceito aí inserido é tão importante, que Jesus o transmitiu novamente reformulado aos seus discípulos, como sendo um novo mandamento. Ele não o retirou dessas religiões, ao contrário: como ele era a Verdade integral na Terra, nas suas palavras já estava inserido tudo aquilo que em outras religiões existia de verdade. O mandamento é o seguinte:

*“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que vos ameis uns aos outros assim como eu vos amei.”*

*(Jo13:34)*

É na nossa maneira de ser, na consideração e respeito para com o próximo, que está esse “amar” de que nos fala Jesus. E uma pessoa que já tenha atingido um amplo progresso, não conhecendo mais nenhuma cobiça terrena, passa então a sentir amor por todos os seres humanos, conforme exemplifica novamente João em sua primeira epístola: “Sabemos que passamos da morte para a vida porque amamos os irmãos; aquele que não ama permanece na morte” (1Jo3:14). O estoicismo, doutrina elaborada pelo filósofo grego Zenão (336 – 264 a.C.), já pregava que o ideal ético máximo é alcançado quando passamos a amar todos os homens como a nós mesmos, isto é, quando nosso amor próprio passa a incluir toda a humanidade, com igual intensidade. As virtudes máximas do estoicismo são: justiça, bravura, prudência e temperança. Zenão também dizia que o ser humano precisava aprender a ser auto-suficiente (ensinamento também de Platão), e que devia saber como suportar a dor sem receio.

A indicação claríssima de Jesus sobre a reciprocidade, de que por fim o ser humano tem necessariamente de colher sempre algo da mesma espécie do que foi semeado, pode, por extensão, ser entendida também como a impossibilidade de alguém colher bons frutos se sua sementeira foi ruim. Essa impossibilidade é retratada da seguinte maneira no Evangelho de Mateus:

*“Colhem-se porventura uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos? Assim toda árvore boa produz bons frutos, porém a árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa produzir frutos maus, nem a árvore má produzir frutos bons.”*

*(Mt7:16-18; Lc6:44)*

O que fatalmente acontecerá com a árvore (o ser humano) que só produz frutos maus (intuições, pensamentos, palavras, ações), não deixa margem a dúvidas:

*“Toda árvore que não produz bom fruto é cortada e lançada ao fogo.”*

*(Mt7:19)*

A Lei da Reciprocidade também esclarece muitos outros aparentes enigmas da atualidade. É o caso, por exemplo, das mortes violentas, através de acidentes ou assassinios. Quando não é ocasionado por alguma negligência (que igualmente indica uma culpa pessoal pelo ocorrido), esse tipo de morte é sempre um retorno cármico, decorrente de um ato de violência praticado anteriormente, nesta ou numa outra vida terrena. Jesus chegou a mencionar isso quando de sua prisão pelos soldados romanos. Naquela ocasião, um dos que estavam com ele sacou da espada e cortou a orelha de um servo do sumo sacerdote, que acompanhava a guarnição romana. A advertência do Mestre a esse respeito não poderia ser mais clara:

*“Embainha a tua espada, pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão.”*

*(Mt26:52)*

O que fazemos a outrem sempre volta para nós mesmos. Se alguém causa intencionalmente danos a uma pessoa, receberá o retorno na mesma forma do ato praticado,

e na intensidade proporcional ao sofrimento causado àquela pessoa e também a outras atingidas direta ou indiretamente pela ação má. É o justo retorno da Lei da Reciprocidade, instituída pelo Criador: “É justo diante de Deus que os atribuladores recebam tribulações como retribuição” (2Ts1:6).

A reciprocidade atinge sempre o “eu”, o *espírito* do ser humano autoconsciente, esteja ele ainda na Terra, como ser humano terreno, ou já no Além, como alma humana. Assim, os casos de recém-nascidos portadores de deformidades físicas também não constituem nenhum mistério para quem conhece a justa atuação da reciprocidade, visto essa atingir o ser humano por completo, em toda sua existência, a qual abrange várias vidas terrenas. Nenhum ser humano pode nascer com um defeito físico qualquer se ele mesmo não tiver dado motivo para isso numa outra vida. O rei Salomão demonstrou conhecer esse processo, ao constatar que, se tinha vindo à Terra num corpo sem mancha, era porque possuía uma alma boa: “Eu era, sem dúvida, criança bem-dotada e recebera, em quinhão, boa alma; ou antes, como era bom, viera a um corpo sem mancha” (Sb8:19,20).

Como as leis da Criação perfluem o ser humano integralmente: espírito, alma e corpo terreno, elas igualmente cuidam de fornecer a ele o necessário para a subsistência durante sua estadia aqui na Terra. Onde houver escassez material, então foi ele próprio que formou isso para si. Jamais estive na Vontade do Criador que qualquer uma de Suas criaturas tivesse de conhecer necessidades materiais, muito menos pobreza ou miséria.

O ser humano é traspassado por uma força que lhe permite viver, a qual provém do Doador de toda a força: “A força pertence a Deus” (Sl62:12). A força é neutra, e pode ser dirigida tanto para o bem como para o mal. Através de seus pensamentos, palavras e ações, ele tem o poder de dirigir essa força, recebendo para si mesmo depois de certo tempo, através do equilíbrio mantido pela Lei da Reciprocidade, tudo quanto ele próprio formou com essa força neutra a ele doada. Ao fazer uso dessa força ele *dá* à Criação conformações geradas através de seus pensamentos, palavras e ações; após certo tempo, *recebe* então da Criação aquilo que anteriormente havia dado a ela, sejam coisas boas ou ruins.

O espírito humano, preenchido pela força, incandesce automaticamente o corpo terreno dado a ele para sua peregrinação na Terra. Uma pequena parte dessa força, um efeito diminuto do dar e receber, ele utiliza então para manter são e vigoroso seu corpo terreno durante os anos em que viverá aqui na matéria mais grosseira. Pelo seu trabalho ele *dá* materialmente algo à Terra, parte da Criação material, e por isso *recebe* dela o necessário para a sua vida terrena: alimento, vestuário e moradia.

Recebe tudo isso de modo inteiramente automático e justo, pressuposto que cumpra suas obrigações de espírito humano diante do Criador, de um hóspede benquisto no lar da Criação, conforme descrito nessa passagem do livro de Levítico: “Se andardes nos Meus estatutos, *se* guardardes Meus Mandamentos e os cumprirdes, *então* Eu vos darei as vossas chuvas a seu tempo, e a terra dará os seus produtos, e a árvore do campo os seus frutos” (Lv26:3,4). A Terra é propriedade do Onipotente, e todos nós somos apenas Seus hóspedes nela, conforme diz o Senhor: “A Terra pertence-me, e vós sois apenas estrangeiros e Meus hóspedes” (Lv25:23). O sábio rei Davi tinha exata compreensão dessa condição do ser humano diante do Supremo, a de um simples hóspede: “Diante de Ti não passamos de migrantes, hóspedes como todos os nossos pais” (1Cr29:15).

Cabe ressaltar que se não fosse essa dádiva chamada trabalho, que sempre teve a incumbência de manter a raça humana em permanente movimento aqui na Terra, laborando em prol de sua subsistência corporal e aperfeiçoamento espiritual, ela já há muito teria se auto-extinguido, bem antes até do término do prazo concedido para seu desenvolvimento.

Teria afundado inteira na indolência mortífera, pela qual sempre nutriu incontestável pendor.

Se a vida pudesse ser realmente como a maioria das pessoas gostaria que fosse: um *dolce far niente* perpétuo, adviria logo a estagnação e com ela a doença e a morte, pois outra coisa não pode surgir com o fim da movimentação. Não é coincidência nem acaso, por exemplo, a ocorrência de tantas mortes, aparentemente prematuras, pouco depois da conquista tão acalentada da aposentadoria, nos casos em que esses aposentados realmente passam a exercer a profissão de administradores da ociosidade remunerada, fazendo do ócio seu negócio. Ao desejarem aproveitar o resto da vida para descansar, elas, sem o saberem, a encurtam de vez. Na verdade, acabam se aposentando da própria vida... Uma vida sem movimento é uma vida inútil, e como já dizia Goethe, “uma vida inútil é uma morte antecipada”. Ao contrário do que parece, a boa-vida não é uma vida boa. Inclusive, ou melhor, especialmente, no campo espiritual. Se a falta de movimentação do corpo terreno traz doença e morte, o mesmo se verifica com o espírito humano. Um espírito humano estagnado, que não se anima em tomar o caminho de sua própria evolução, contentando-se com uma aposentadoria dogmática qualquer, também acabará morrendo, por descumprimento da mesma Lei do Movimento, que veremos logo a seguir. Nesse caso, porém, trata-se da morte espiritual, equivalente à condenação eterna.

No campo terreno, a movimentação garante a permanência do ser humano em seus caminhos pela matéria grosseira. Uma pessoa que se esforça em utilizar exclusivamente para o bem a força a ela outorgada, nunca se verá na contingência de ficar privada do necessário à sua subsistência. Pode passar por algumas dificuldades momentâneas, pode ficar sem uma ou outra coisa, mas jamais conhecerá a miséria. Pelos efeitos automáticos da Lei da Reciprocidade uma tal situação é impossível. Ela acabará encontrando o trabalho que lhe compete, tudo caminhará bem e será feliz: “Do trabalho de tuas mãos comerás, feliz serás, e tudo te irá bem” (Sl128:2).

Em primeira linha o ser humano recebe, pois, dádivas espirituais por efeito dessa Lei da Reciprocidade, as quais, se corretamente utilizadas e desenvolvidas, trarão como retorno a possibilidade de se alcançar o alvo supremo: viver eternamente em sua verdadeira Pátria, o Paraíso. Em grau de importância proporcionalmente menor, recebe ele também dádivas materiais, que são igualmente efeitos dessa mesma lei, as quais atingem o ser humano em sua passagem provisória pela Terra. Essa contingência também foi descrita por Jesus numa de suas preleções:

*“Não andeis, pois, a indagar o que haveis de comer e beber, e não vos entregueis a inquietações. Porque os gentios de todo o mundo é que procuram essas coisas, mas vosso Pai sabe que necessitais delas. Buscai, antes de tudo, o Seu reino, e estas coisas vos serão acrescentadas.”*

*(Lc12:29-31)*

Sempre e sempre de novo se reconhece que tudo, mas tudo mesmo, se encontra exclusivamente nas mãos do próprio ser humano. Unicamente ele é senhor do seu próprio destino, unicamente ele decide o que vai encontrar em suas peregrinações através da Criação: penúria ou abundância, tristeza ou alegria, sofrimento ou felicidade, perdição ou salvação. Ele decide, ele planta, ele colhe.

## ***A Lei do Movimento***

*“Pedi e dar-se-vos-á, procurai e encontrareis, batei e abrir-se-vos-á.”*

*(Mt7:7; Lc11:9)*

Não é muito difícil reconhecer o ensinamento principal de Jesus contido neste versículo. Trata-se da *movimentação*! O Filho de Deus exorta aqui os seres humanos a se movimentarem para conseguir o que necessitam ou almejam. Se uma pessoa quiser conservar-se sã de corpo e alma, tem de se movimentar terrenal e espiritualmente. Do contrário, atrairá para si a doença e a morte, como consequência natural de tudo que permanece estagnado na Criação. O que vale para o corpo físico vale também para o espírito, pois trata-se da mesma lei a exigir movimentação contínua do ser humano.

A própria Criação material não pode prescindir do movimento. Ela própria só se mantém e se desenvolve porque permanece em contínua movimentação, num eterno ciclo de formação e decomposição, de frutificação e colheita, conforme essa explicação de Jesus a respeito do funcionamento do Reino de Deus:

*“O Reino de Deus é assim como se um homem lançasse a semente à terra, depois dormisse e se levantasse, de noite e de dia, e a semente germinasse e crescesse, não sabendo ele como. A terra por si mesma frutifica, primeiro a erva, depois a espiga e, por fim, o grão cheio na espiga.”*

*(Mc4:26-28)*

A necessidade absoluta de movimento em tudo não deixa subsistir a concepção tão em voga entre os cristãos de que basta “crer” no Filho de Deus para se obter a salvação. Tão cômodo não é. “Também os demônios crêem e tremem” (Tg2:19). De nada adianta se o fiel acredita nas palavras do Salvador e ao mesmo tempo não se esforçar muito energeticamente, com todo seu ser, em agir de acordo com elas em tudo na vida. De nada adianta apreciar uma boa doutrina ou até ficar “assombrado” com ela, como fez Herodes em relação a João Batista (cf. Mc6:20). É preciso transformá-la em ação. Já bem dissera o apóstolo Paulo aos Coríntios: “O Reino de Deus não consiste em palavras, *mas em ação*” (1Co4:20). Contemporâneo de Paulo, o rabino Aqiba afirmava que o estudo da Lei de Moisés era importante “porque levava à *ação*”.

Se fosse possível de outro modo, que o ser humano pudesse conseguir a salvação sem um esforço ascensional próprio, Jesus teria dito: descansai e dar-se-vos-á, aguardai e achareis, contemplai e abrir-se-vos-á... Isso, porém, ele não fez. O próprio interessado é que tem de *movimentar-se* para se libertar do mal a ele aderido e tomar o caminho da ascensão espiritual. *Ele mesmo* é que tem de limpar sua alma, ou “lavar sua vestidura” (Ap7:14;22:14) para que “sejam sempre alvas as tuas vestes” (Ec19:8), pois a alma é propriamente a vestimenta do espírito, seu invólucro ou corpo de matéria fina. É esse corpo fino-material que a *própria pessoa* tem, pois, de tornar luminoso e radiante, conforme Jesus indica nesta passagem:

*“Reparai, pois, que a luz que há em ti não seja trevas. Se, portanto, todo o teu corpo for luminoso, sem ter qualquer parte em trevas, será todo resplandecente, como a candeia quando te ilumina em plena luz.”*

*(Lc11:35,36)*

A necessidade da limpeza interior (da alma) é também claríssima quando Jesus diz que os fariseus só cuidavam de limpar o exterior dos copos e dos pratos:

*“Vós, fariseus, limpais o exterior do copo e do prato, mas o vosso interior está cheio de rapina e perversidade.”*

*(Lc11:39)*

Os fariseus, pois, se mostravam irrepreensíveis em sua observância ortodoxa da religião, enquanto que internamente suas almas permaneciam sujas, repletas de iniquidade.

Jesus sempre exortava os homens a produzirem, *eles mesmos*, bons frutos, a *se movimentarem* portanto, e não permanecerem parados, sonolentemente recostados em suas crenças atávicas:

*“Produzi, pois, frutos dignos de arrependimento, e não presumais de vós mesmos, dizendo: Temos por pai Abraão (...).”*

*(Mt3:8,9)*

Unicamente através do movimento é possível produzir bons frutos, e também unicamente através do movimento é possível livrar-se dos maus frutos. A libertação do errado e do mal depende sempre apenas da própria pessoa, da sua movimentação. No *esforço sincero e diligente* à procura de uma saída do labirinto em que entrou reside uma atitude de doação, e por isso ela pode receber auxílio, em obediência à Lei do Equilíbrio. Não diferentemente. Nem imediatamente. Foi ela própria quem quis entrar no labirinto, apesar de todas as advertências e avisos. Mais ainda, ela até *ajudou* a construir esse labirinto, com sua maneira errada de pensar, falar e atuar. Por isso, ela tem primeiro de reconhecer que se encontra de fato num labirinto, e que por conseguinte a vida que leva tem de estar errada. Depois desse reconhecimento ela precisa ainda mostrar que realmente quer sair de lá, ou seja, tem de *se esforçar*, de *se movimentar* nesse sentido. Então, e somente então, receberá o auxílio pretendido, mas sempre na medida exata do seu próprio empenho. Não mais. Essa é a verdadeira graça outorgada a todos que encaram a sério sua própria salvação. Trata-se de uma efetivação da Lei do Equilíbrio, em atuação conjunta com a Lei do Movimento, ambas derivadas da grande e imutável Lei da Reciprocidade.

A mudança de rota e o viver de modo correto tornou-se difícil ao ser humano atual devido à indolência de seu espírito, preso que está dentro do labirinto de erros. Tornou-se difícil, mas não impossível. É um caminho penoso, mas não existe outro. Não outro que leve para cima, pois estreito é o caminho que conduz às alturas... O labirinto do viver errado foi construído numa região muito profunda, consentânea com a Lei da Gravidade Espiritual. Por isso, quem quiser sair de lá precisa de início escalar paredões íngremes, ásperos, até conseguir, pouco a pouco, vislumbrar um pouco mais de luz à sua frente, quando então a subida não será mais tão difícil e a saída já estará nitidamente reconhecível. Este é o único e verdadeiro esforço que um ser humano pode e tem de fazer em prol de sua salvação, diligentemente, e não acaso cursar uma faculdade de teologia ou gastar a vida inteira no estudo árido e unilateral da Bíblia. Quem for sincero nessa sua empreitada e se esforçar correspondentemente, perseverando sem desanimar, poderá então contar com uma corda para se alçar desse lugar. A corda, evidentemente, não o livra do esforço de subir, mas o conduz para fora com absoluta certeza, se ele mesmo não esmorecer na escalada.

A verdadeira Palavra de Deus é essa corda de salvação, que Ele oferece às Suas criaturas humanas em via de se perder. A Palavra é uma *corda*! Não é uma escada rolante e

muito menos um elevador. Quem quiser se salvar tem de subir por essa corda. Ele mesmo tem de subir! De modo algum será içado comodamente do labirinto de erros em que fez tanta questão de medrar ao longo de milênios. Sem esforço próprio ninguém ascende, ninguém progride, sequer um milímetro. Tão-somente os *esforços* pelo bem podem produzir um “fruto glorioso” (cf. Sb3:15), e somente aquele que *se esforça* poderá um dia apoderar-se do reino dos céus:

“Desde os dias de João Batista até agora o reino dos céus é tomado por *esforço*, e os que *se esforçam* se apoderam dele.”

(Mt11:12)

O pesquisador W. E. Vine afirma que o verbo grego empregado aí, *biázo*, indica “um esforço vigoroso”. Sim, é isso mesmo. Sem um esforço espiritual vigoroso para cima ninguém poderá entrar no reino espiritual.

Outro tema relacionado é um trecho da carta de Paulo a Timóteo, onde este fica sabendo que a fé tem de ser *combativa* no bom sentido, atuante, e que a vida eterna precisa ser *conquistada* por ele mesmo: “*Combate* o bom combate da fé, *conquista* a vida eterna à qual foste chamado” (1Tm6:12). A garantia da conquista permanente da vida eterna é dada justamente pela Lei do Movimento. O espírito humano que já atingiu o estado de poder viver no plano espiritual da Criação, continua a se movimentar ininterruptamente lá, procurando retribuir ao seu Criador, em alegre atuação, a dádiva da vida eterna. Ele procura se aproximar do equilíbrio entre o dar e o receber, mas como, por mais perfeita que seja a sua atuação, permanecerá sempre um eterno devedor de seu Deus, visto que continua a receber renovadas graças por efeito da Lei da Reciprocidade, a existência nos páramos dos bem-aventurados se torna uma atividade constante e feliz: a vida eterna, que se traduz num progresso crescente e *ilimitado* da atuação espiritual humana dentro da Criação.

É uma ilusão desmedida imaginar que a fé cega seja uma espécie de nave espiritual coletiva rumo ao céu, a desobrigar seus ocupantes do esforço contínuo em melhorar como seres humanos. Esse tipo de fé não passa de um entorpecente espiritual, de um veneno letal para o espírito humano. Quem se deixa embalar pelos dogmas da fé cega torna-se um suicida espiritual. Só faz enfraquecer voluntariamente seu espírito com essa inatividade forçada e, a tal ponto, que se torna por fim incapaz de se movimentar por si mesmo, acabando por morrer de inanição espiritual. Docemente iludido com a quimera de uma “salvação pela graça”, de uma “justificação pela fé”, o que encontrará no fim do caminho será sua própria morte espiritual.

Também os que chamam de “orar aos céus” a litania cotidiana de reclamar da vida e choramingar misérias, não passam de mendigos preguiçosos. Desprezíveis como estes. Com essa indolência inaudita, o futuro que tais deserdados do destino formam para si mesmos é pavoroso. Com suas asas espirituais atrofiadas eles só vegetam ainda nessa vida... embalados na cadência monocórdia de suas rezas recitadas, sem dispor mais de forças para encontrar o verdadeiro pão da vida e muito menos de se alimentar com ele.

Diz Abdruschin na Mensagem do Graal, dissertação O Clamor pelo Guia:

“A expressão ‘Ora’ eles aceitaram, mas o restante ‘e trabalha’, ‘trabalha em ti mesmo’, que a isso se liga, ignoraram.”

Vemos a confirmação dessa sentença na primeira epístola aos Tessalonicenses: o “Orai sempre” (1Ts5:17), prontamente aceito, seguido do *trabalha em ti mesmo*, ignorado por todos: “Não apagueis o espírito. Examinai tudo com discernimento. Guardai-vos de toda espécie de mal” (1Ts5:19, 22).

Guardar-se de toda espécie de mal é permanecer livre de todas as trevas, é *livrar-se delas!*... De nada nos servem as orações se ao mesmo tempo não procedermos uma radical reorientação em nossas vidas: “Abandonemos as obras das trevas e vistamos as armas da Luz!” (Rm13:12).

A necessidade premente de observar a Palavra, como pré-requisito para se obter a bem-aventurança, aparece ainda em vários outros trechos dos Evangelhos. Vejamos mais alguns deles:

*“Pois o enviado de Deus fala as palavras Dele, porque Deus não dá o Espírito por medida. O Pai ama o Filho e todas as coisas tem confiado às suas mãos. Por isso quem crê no Filho tem a vida eterna; quem, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a Ira de Deus.”*

(Jo3:34-36)

As duas primeiras frases testificam que Jesus é uno com Deus-Pai, que é um plenipotenciário, pois “fala as palavras Dele” e “tudo Ele confiou às suas mãos”. O próprio Jesus reafirma essa contingência: “Eu e o Pai somos um” (Jo10:30). A expressão “não dar por medida” equivale a não dar de forma limitada. A corroborar o conceito de que Jesus e o Pai são um só, está a expressão que ele usava quando se dirigia a Deus: *Abba*, palavra aramaica que designa, em sentido intimista, apenas o próprio pai daquele que fala (cf. Mc14:36), algo como “papai” ou “pai querido”. Essa expressão escandalizava sobremaneira os fariseus, visto que nas preces judaicas jamais poderia ser utilizada para se dirigir ao Criador. O fato de Jesus chamar Deus de Pai, e de uma forma tão íntima, foi um dos principais motivos do ódio suscitado contra ele: “Os judeus ainda mais procuravam matá-lo, pois, além de violar o sábado, chamava a Deus de Pai, fazendo-se assim igual a Deus” (Jo5:18). Numa conversa com Filipe, Jesus reitera que ele e o Pai são um só:

*“Não crês que eu estou no Pai e o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo não as digo por mim mesmo, mas o Pai que permanece em mim faz as Suas obras.”*

(Jo14:10)

Jesus, o Filho de Deus, é desse modo a própria Palavra de Deus encarnada. Nesse sentido é que está dito que quem *crê* no Filho, portanto na Palavra enviada à Terra por Deus, terá a vida eterna. O apóstolo Pedro sabia que a possibilidade da vida eterna estava contida nas palavras de Jesus: “Tu tens as palavras da vida eterna” (Jo6:68), disse dirigindo-se ao Mestre.

Contudo, esse “crer” está muito longe de significar crença passiva, como supõem tantos adeptos entusiasmados da fé cega. Significa, isso sim, *pôr em prática* essa Palavra, e com o máximo empenho possível, do contrário, para todos os efeitos a respectiva pessoa “se mantém rebelde contra o Filho e não verá a vida” (Jo3:36), ou seja, não alcançará a vida eterna. Tão-somente pela *ação*, pelas obras provenientes da movimentação do espírito, a fé adquire real valor. Em sua rica epístola, Tiago esclarece de modo magistral essa necessidade: “Tu tens a fé, e eu tenho as obras; mostra-me a tua fé sem as tuas obras, e eu

te mostrarei a minha fé pelas minhas obras” (Tg2:18). Algumas Bíblias substituem “obras” por “ações” nessa frase, aproximando-a ainda mais do sentido original.

O profeta Neemias também indicava, à sua maneira, a necessidade imperiosa de se cumprir a Palavra de Deus, sem o que o ser humano seria lançado fora de Sua Casa, isto é, seria expulso da Criação: “Sacudi também a dobra do meu manto e disse: ‘É assim que Deus sacudirá fora de Sua Casa e longe dos Seus bens *todo homem que não cumprir Sua Palavra!*’ ” (Ne5:13). Cumprir a Palavra de Deus é cumprir Sua Vontade. Neemias estava absolutamente certo com essa analogia, pois tudo quanto existe fora do Criador pode efetivamente ser considerado como Seu manto: o Senhor “está envolto num manto de Luz” (Sl104:2), o qual tem de ser mantido limpo pelos seres que o tecem e pelos que podem nele viver, como nós, seres humanos. No entanto, nenhuma parte desse manto contém em si algo do próprio Criador, tendo apenas se originado Dele, mais precisamente de Sua irradiação. A centelha de uma chama não é o próprio fogo, assim como um raio de luz solar também não é o próprio Sol...

Todo aquele que imagina que basta “crer” na pessoa de Jesus e “aceitá-lo” como Salvador, cantando hinos em seu louvor, para logo ter perdoados seus pecados e angariado libertação através do “sangue derramado de Cristo”, age exatamente como os mais obliterados pagãos com suas idolatrias, conforme reza a doutrina de dois livros hindus: “Os que são purificados por se banharem nas águas deste rio [Ganges], e cujas mentes estejam devotadas a Quesava, obtêm a libertação final. O rio sagrado, ouvindo-se dele falar, ao ser desejado, visto, tocado, ao se banhar nele, ou ao se cantar hinos por ele, dia a dia purifica todos os seres. E aqueles que mesmo vivendo à distância exclamarem ‘Gangá e Gangá’ [nome do rio Ganges] serão libertados dos pecados cometidos durante as três existências prévias. Males acumulados durante gerações são destruídos. Simplesmente por banhar-se no Gangá a pessoa é imediatamente purificada.” A crença num perdão tranqüilo e fácil dos pecados é, pois, idêntica entre hindus e cristãos. Nisso, eles são irmãos de fé. E o resultado – nulo – de semelhante concepção é o mesmo para ambos os grupos.

Quando Jesus permaneceu alguns dias entre os samaritanos, a pedido deles, o evangelista João diz que “muitos outros creram nele *por causa* de sua Palavra” (Jo4:41), o que evidencia estarem dispostos a cumprir, a *transformar em ação* essa Palavra de Jesus em suas vidas. Realmente, de nada vale ser apenas um ouvinte da Palavra, porque “se alguém é ouvinte da Palavra e não praticante, assemelha-se ao homem que contempla num espelho o seu rosto natural, pois a si mesmo se contempla e se retira, e logo se esquece de como era a sua aparência” (Tg1:23,24). Desse modo, esse tal nunca terá se apossado realmente da Palavra, a ponto de ela estar como que impregnada em sua carne e em seu sangue, e por conseguinte também jamais se encontrará de fato justificado diante do Senhor.

Por isso, Jesus já advertiu outrora que *o espírito é bem-intencionado, mas a carne é fraca*: “O espírito é decidido, a carne é fraca” (Mt26:41). A carne, isto é, o corpo físico, não transforma em ação tudo aquilo que já era vontade no espírito, de modo que “o corpo corruptível é um peso para a alma” (Sb9:15).

Cabe ressaltar que a doutrina da “justificação pela fé” – que como não poderia deixar de ser acabou contribuindo decisivamente para o atual estado de sonolência espiritual do cristão – está em grande medida baseada numa falha de tradução de um texto bíblico. Sim, numa mera e antiga falha de tradução. Com efeito, na Bíblia hebraica, o profeta Habacuc afirma que “o justo viverá por sua *fidelidade*” (Hab2:4), enquanto que a versão grega da

Septuaginta<sup>5</sup> utilizada pelo apóstolo Paulo trazia no lugar a fórmula: “o justo viverá pela sua *fé*”, o que é algo muito diferente (cf. Rm1:17; Gl3:11). Essa segunda forma só faz fomentar a indolência espiritual do ser humano, inimiga visceral de qualquer possibilidade de salvação, pois fé cega não salva ninguém: “Que adianta alguém dizer que tem fé, quando não a põe em prática? Acaso esta fé poderá salvá-lo?” (Tg2:14). Cerca de metade dos manuscritos gregos da época, porém, traziam a forma correta: fidelidade. Se Paulo tivesse feito uso de um desses manuscritos, o erro não teria passado para o Novo Testamento.

E se Lutero tivesse feito uso de sua intuição, não teria sido induzido ao erro de uma “salvação pela fé”, doutrina que desenvolveu justamente dessa passagem torcida da Epístola aos Romanos. Conseqüentemente, também não teria propalado o que chamava de “sensação bem-aventurada de segurança”, uma certa “convicção íntima” de salvação que mais danosa não poderia ser para a movimentação do espírito humano. Nem Paulo nem Lutero sabiam das falhas da Septuaginta, a qual difere do texto original em cerca de 2700 palavras, ou cerca de um oitavo da Bíblia hebraica.

É oportuno sublinhar que os manuscritos mais antigos das cartas de Paulo são *unciais*, isto é, manuscritos que usam somente maiúsculas, sem sinais de pontuação e separação de palavras. A pontuação surgiu muito tempo depois, sendo usada de acordo com a interpretação pessoal dos copistas. A sentença de Paulo, tal como aparece em muitas Bíblias, acabou ficando desse tipo: “Aquele que é justo pela fé, viverá.” Agora o leitor atente para essa outra forma, perfeitamente possível, com uma simples mudança de posição da vírgula e a substituição de fé por fidelidade: “Aquele que é justo, pela fidelidade viverá.” Que diferença! A primeira forma adormece o espírito, a segunda o desperta!...

Também chama a atenção o fato de a expressão “mediante a fé”, que aparece no seguinte trecho da carta aos Romanos: “Por sua ação mediadora [de Jesus] é que temos acesso, *mediante a fé*, ao estado de graça no qual nos encontramos” (Rm5:2), não constar de vários códices antigos, portanto mais abalizados, particularmente o *Vaticanus* do século IV<sup>6</sup>. É de se supor que tenha sido convenientemente inserida aí por algum dedicado teólogo dos tempos antigos. A fé só adquire real valor quando evidenciada pela *ação* e sustentada pelo amor, estágio indispensável para que se transforme em convicção: “Com efeito, em Jesus Cristo, o que vale é a fé *agindo* pelo amor” (Gl5:6). A convicção é o degrau seguinte à fé e superior a esta; a convicção advém da fé anterior: “Guarda para ti, diante de Deus, *a convicção que te é dada pela fé*” (Rm14:22).

Quando Paulo diz que “a pessoa é justificada pela fé, sem a prática da lei” (Rm3:28), visto ser “de todo evidente que a lei não justifica ninguém diante de Deus” (Gl3:11), está aludindo às obras prescritas pela lei mosaica, às coisas meramente exteriores dos fariseus,

---

<sup>5</sup> A palavra “septuaginta” vem do grego e significa “setenta”. Também chamada simplesmente de “LXX”, a Septuaginta é a mais antiga versão grega do Antigo Testamento, traduzida do original hebraico entre 250 e 350 a.C., supostamente por ordem do rei Ptolomeu II do Egito, para atender os judeus que residiam fora da Palestina. O título está ligado à hipótese de ter sido elaborada por 72 tradutores, seis de cada uma das 12 tribos de Israel. O certo é que a tradução não foi obra de um único autor, pois a qualidade varia bastante de um livro para outro. Um aspecto interessante da Septuaginta é que o tetragrama YHWH, que indica o nome de Deus, não foi traduzido para o grego, mas mantido com os caracteres hebraicos originais, o que mostra a profunda reverência que os tradutores devotavam ao nome do Criador.

<sup>6</sup> Até o século III aproximadamente os livros eram confeccionados em rolos; a partir do século IV passaram a ser montados em *códices*, em número cada vez maior. Esses códices são os predecessores do livro moderno, constituídos de folhas de papiro (depois de pergaminho) dobradas e costuradas. O *códice Vaticanus* tem esse nome porque é conservado na Biblioteca do Vaticano, enquanto que o *códice Sinaiticus* é chamado assim porque foi descoberto no mosteiro de Sta. Catarina, no Monte Sinai, no século XIX.

tal como se vê hoje em dia também nas religiões cristãs, apenas revestidas de formas diferentes. A fé de que Paulo fala não é uma fé morta. Aos Tessalonicenses, ele diz que para serem salvos é preciso que tenham “fé na Verdade” (2Ts2:13). Na Verdade, não na mentira de uma crença falsa. E essa fé na Verdade por ele aludida também não era algo contemplativo, inerte e passivo, mas se evidenciava pela ação.

Ao contrário do que é comumente apregoado, Paulo exortou os cristãos a demonstrarem pela ação a mudança interior ocorrida em suas vidas. Ele, por exemplo, insistiu com as mulheres para que deixassem as coisas fúteis como penteados complicados, pérolas e vestes luxuosas e “se ornassem com boas obras” (1Tm2:10), as verdadeiras boas obras oriundas de uma vida reta: “modéstia e bom senso” (1Tm2:9). Ao seu amigo Tito, Paulo exortou expressamente: “Em tudo, mostra-te *modelo de boas obras*, de integridade na doutrina, de dignidade, de palavra sã e irrepreensível” (Tt2:7), e ainda afirmou que o povo do Senhor devia ser “*zeloso na prática do bem*” (Tt2:14). E para que não restasse dúvida sobre o que julgava premente, o apóstolo também instou Tito a falar com firmeza sobre essas coisas aos demais companheiros: “Desejo que tu fales com firmeza destas coisas, para que os que acreditaram em Deus *se empenhem na prática de boas obras*, pois isso é bom e útil para os homens” (Tt3:8). Essas boas obras são em primeira linha o pensar puro, o falar verdadeiro e o agir correto. Tudo o mais vem daí. Aos Filipenses, Paulo deixou claro que a salvação estava nas próprias mãos deles, como decorrência de sua atuação: “*Trabalhai com temor e tremor pela vossa salvação*” (Fp2:12). Paulo não foi menos explícito sobre a necessidade de renovação interior, e da nova conduta daí decorrente, em sua carta aos Romanos: “Não vos conformeis com este mundo, *mas transformai-vos, renovando vossa maneira de pensar e julgar*, para que possais distinguir o que é da Vontade de Deus, a saber, o que é bom, o que Lhe agrada, o que é perfeito” (Rm12:2). Com muita frequência, Paulo exortava suas comunidades para que observassem os Mandamentos.

Todas as demais tradições que associam Paulo ou Pedro com o ensino de uma tranqüila “salvação pela graça” à la Agostinho, sem empenho e mérito próprios, ou não são de autoria deles ou foram “ajustadas” pela comunidade cristã dos primeiros séculos, quando a indolência espiritual, qual nuvem negra abafadiça, já começava a encobrir a verdadeira doutrina de Cristo. Paulo parece até ter previsto isso, pois já na sua época chegou a advertir os Tessalonicenses para que não se deixassem iludir por “alguma instrução ou carta atribuída a nós” (2Ts2:2). Não podemos nos esquecer também que a Epístola aos Romanos, que aliás não foi escrita por Paulo e sim por Tércio (cf. Rm16:22), onde essas idéias estão mais disseminadas, é muito mais recente do que a Epístola de Tiago, a qual se contrapõe vigorosamente a elas. Tiago morreu martirizado em 60 d.C., o que leva os estudiosos a estimar a data de composição de sua epístola cerca de dez anos após a morte de Jesus, enquanto que a Epístola aos Romanos teria sido escrita pelo menos trinta anos depois da crucificação. Sendo mais antiga, a Epístola de Tiago certamente está mais próxima dos ensinamentos originais de Jesus, de quem, aliás, ele era irmão.

Contudo, se quisermos admitir a hipótese de que Paulo tenha deliberadamente escrito algum despautério desse tipo, então temos de dizer aqui, com toda calma, que Paulo estava errado, e que nesse aspecto sua crença era falsa. A bem da verdade ele já havia se equivocado uma vez, ao supor que a volta de Cristo era iminente em sua época (cf. 1Ts4:17), tendo depois de empurrar alguns Tessalonicenses de volta ao trabalho: “Quem não quer trabalhar também não coma” (2Ts3:10). Pedro apóstolo, igualmente, achava que o fim de todas as coisas era iminente (cf. 1Pe4:7).

Também precisamos levar em conta o aspecto da conversão de Paulo. Ele teve uma vivência muito profunda na estrada para Damasco, que o marcou para sempre. De um momento para outro, passou de erudito fariseu e perseguidor implacável dos cristãos para o mais ardoroso arauto da boa nova de todos os tempos. Nessa experiência dramática ele pôde constatar que mesmo um pecador obstinado como ele poderia ser perdoado, caso redirecionasse totalmente seu modo de ser. O reconhecimento pessoal de que ele, contra toda a lógica humana, poderia ser perdoado de suas graves culpas, certamente lhe pareceu como uma “graça imerecida do Alto”, e simplesmente procurou externar isso de algum modo para seus semelhantes. Ao seu amigo Timóteo ele havia dito ser “o principal dos pecadores” (cf. 1Tm1:15), e mesmo assim pôde encontrar redenção ao dar um rumo totalmente outro à sua vida de até então.

Não conhecemos as palavras exatas que ele usou para explicitar isso aos seus, pois sabemos muito bem que todos os antigos escritos cristãos foram meticulosamente alterados nos séculos seguintes por mãos pouco limpas, impelidas por espíritos menos limpos ainda. Mas podemos ter uma pequena idéia analisando as alterações mais recentes, que por terem sido praticadas em cima da edição latina chamada “Vulgata”<sup>7</sup>, são bem conhecidas e documentadas. Uma delas é a promessa de Paulo aos Efésios: “Pela graça fostes salvos” (Ef2:5). A versão correta, porém, tal como aparece originariamente na Vulgata, é: “Por cuja graça [de Cristo] fostes salvos”. A promessa de salvação sempre esteve diretamente ligada à graça proporcionada pela missão de Cristo, que foi trazer sua Palavra salvadora à Terra. Somente no cumprimento integral dessa Palavra reside a perspectiva de uma salvação, e nunca através de qualquer “dom gratuito”, conforme insinuam as versões vernáculas, conscientemente deturpadas.

Mas a despeito desses erros intencionais inseridos nas palavras de Paulo, algumas de suas posições são mesmo indicativas de falhas próprias. Além do erro sobre a segunda vinda iminente de Cristo, sua concordância implícita com a escravidão então reinante acabou sancionando muitos males posteriores. Não cabe aqui a alegação ingênua e tendenciosa de que a escravidão era uma prática comum naquela época, e que Paulo nada mais fez do que estipular algumas regras para o cristão escravo. A submissão não é uma característica própria do espírito, e por essa razão a escravidão não é natural entre os seres humanos. A considerar como suas as frases a seguir – e parece que são mesmo – podemos afirmar, sem medo de errar, que faltou intuição ao apóstolo nessas suas preleções: “Escravos, obedeci em tudo aos vossos senhores daqui da Terra, não servindo apenas diante dos olhos, como quem procura agradar os seres humanos” (Cl3:22); “Escravos, obedeci aos vossos senhores desse mundo como ao próprio Cristo, com temor e grande respeito e de coração sincero” (Ef6:5). Baseada nessas indicações bíblicas, a seita dos puritanos, um grupo presbiteriano muito rígido, estritamente apegado à letra das Escrituras, fazia normalmente tráfico de escravos durante o início da colonização americana, comprando negros da África e vendendo índios para as Índias Ocidentais. E para os católicos abismados com essa prática dos puritanos, vai a informação de que na Idade Média a Igreja era a maior proprietária de escravos na Inglaterra, e que mais de um século antes dos Puritanos, o papa Inocêncio VIII (reinado de 1484 a 1492) já distribuía gratuitamente escravos mouros aos seus cardeais e amigos. As epístolas de Paulo ratificavam todos esses procedimentos.

---

<sup>7</sup> O nome Vulgata advém das características do texto, redigido sob forma literária comum, ou “vulgar” no sentido etimológico, de onde surgiu a terminologia de “versão divulgada”.

Por fim, temos de nos convencer, de uma vez por todas, de que tanto Paulo como seu colega Pedro eram pessoas normais, com qualidades e defeitos como qualquer um, sujeitos a erros e acertos. Vimos que os dois chegaram até mesmo a ter uma querela particular bem áspera. Mas, assim como Paulo, Pedro também ensinava que só o íntimo tem real valor diante do Senhor, e não as coisas exteriores: “Vosso adorno não consista em coisas externas, *mas na personalidade que se esconde no vosso coração*, marcada pela estabilidade de um espírito suave e sereno, coisa preciosa diante de Deus” (1Pe3:3).

A antiga teologia farisaica de uma salvação obtida através da prática ritualística estava estruturada, a bem dizer, nas mesmas duas pedras angulares da aconchegante teologia cristã atual de uma justificação gratuita pela fé: *crença cega e indolência espiritual*, os dois principais e mais letais venenos para o espírito humano. Todos os fiéis cristãos que se deixam conduzir aqui na Terra pelo doce encantamento de uma justificação pela fé, obtida por “graça” como gostam de dizer, portanto de uma salvação desvinculada da indesviável Justiça, não vão achar graça nenhuma da realidade que os aguarda após a morte. O terno sentimento de estarem *enlevados* na fé se transmutará no horroroso reconhecimento de estarem *enleados* em pesadas cadeias de mentiras. Terão de vivenciar no Além, da forma mais amarga, os frutos gerados por essa fantasia presunçosa, que só pôde medrar no charco da mais viscosa indolência espiritual, desprovida de todo movimento interior. Serão forçados a aprender, da maneira mais dolorosa possível, a severa declaração do Senhor: “Não vou declarar justo o culpado!” (Ex23:7).

Foi para escapar dessa armadilha sedutora de uma utópica salvação gratuita, inventada pelos fomentadores da vaidade e da inércia espiritual, que o salmista clamou ao Senhor para não permitir que fosse iludido, e que o salvasse pela *Sua Justiça*: “Em Ti, Senhor, me refugio; que eu nunca seja confundido. Salva-me pela Tua Justiça!” (Sl31:2).

As criaturas humanas que sorvem avidamente esse entorpecente inebriante de uma pretensa salvação gratuita desprovida de qualquer mérito pessoal, e que não cultivam dentro de si mais nenhum anelo pelo espiritual, nenhum anseio pela Luz, apenas provam com isso sua absoluta inutilidade na Criação.

Na hora da angústia suprema, que procurem então se defender com sua doce fé cega, que procurem clamar com aparente direito que acreditavam piamente “serem deuses” (cf. Jo10:34), que “haveriam de julgar os próprios anjos” (cf. 1Co6:3), porque assim estava nas Escrituras! Talvez se convençam então, nesse momento, de que numerosos textos bíblicos foram de fato alterados e enxertados por dedicados servidores de Lúcifer, a fim de moldá-los à vaidade e presunção humanas, constituindo com isso os ardis mais eficazes para conduzi-los diretamente à perdição eterna, transformando-os em “cadáveres desonrados, alvos de vergonha eterna entre os mortos” (Sb4:19).

E, no entanto, bastaria um mínimo de esforço, uma pequeníssima movimentação espiritual para se colher trigo verdadeiro em meio ao joio bíblico. Um trabalho que pode fazer a diferença entre a vida e a morte eterna para o cristão. A necessidade de movimentação interior contida no “crer” joanino, mencionado acima, pode ser percebida por qualquer um que ainda ouça a voz da intuição e não seja totalmente alérgico à atividade espiritual. Só não poderá senti-lo aquele cujo raciocínio já cuidou de amordaçar sua intuição para sempre. Este ficará muito satisfeito em adotar o “crer” letárgico ensinado pelas Igrejas, falso, que nada mais exige dele senão uma submissão bronca às formas mortas de uma fé cega, para glória dele mesmo e de seus assemelhados, mas não da de Deus: “Como vos é possível crer, se andais à procura da glória uns dos outros, e não procurais a glória que vem do Deus único?” (Jo5:44), adverte Cristo.

A exigência premente de movimentação espiritual implícita no “crer” bíblico pode, inclusive, ser inferida dos próprios originais grego e hebraico. Em hebraico o termo é *'aman*, que em essência significa ser firme e sólido, e daí fiel e *atuante*. A palavra correspondente em grego é *pisteuo*, que igualmente possui um significado muito mais profundo. Nessa palavra, que aparece nada menos que 248 vezes no Novo Testamento, estão implícitos os conceitos de “colocar *dentro* da fé”, “manter *ligação pessoal* por meio de uma *certeza absoluta*”, “comprometer-se *pessoalmente* com a fé”, jamais indicando algo parecido com “aceitar apaticamente”, conforme transparece do conceito de fé atualmente pregado pelas igrejas.

O verbo *pisteuein* significa tanto confiar como aderir, conforme enfatiza o teólogo Bruno Maggioni: “Deve ser uma confiança tão grande que leve a mudar de vida e a entrar no seu seguimento.” O escritor André Chouraqui esclarece que se trata de uma adesão ao Senhor, à Sua Palavra e à Sua Vontade. Em sua premiada versão francesa da Bíblia, ele substituiu o “acredito”, geralmente usados como tradução de *pisteuo*, por “adiro” e “tenho adesão”, indicando com isso a necessidade de um engajamento absoluto, com responsabilidade pessoal, na doutrina de Jesus. Em seu Evangelho de 21 capítulos, João usa o verbo grego “crer” (*pisteuein*) nada menos que 98 vezes, e nenhuma vez o substantivo correspondente à “fé” (*pistis*), o que mostra a distinção que fazia entre os dois conceitos. O especialista Josep-Oriol Tuñi diz que essa frequência ainda é aumentada se considerarmos as “numerosas expressões *equivalentes a crer* e que são usadas *no mesmo sentido*: receber Jesus, suas palavras, seu testemunho.” Josep-Oriol dá outros 17 exemplos nesse sentido no Evangelho de João.

Quando Jesus afirmou: “Vim como Luz para o mundo, para que aquele que *crê* em mim não permaneça na trevas” (Jo12:46), estava aludindo justamente a esse necessário engajamento em sua Palavra e a conseqüente mudança voluntária de vida, para que a respectiva pessoa pudesse *então* sair das trevas em que se encontrava. E quando disse àqueles judeus que haviam acreditado nele: “*Se permanecerdes na minha Palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos*” (Jo8:31), estava do mesmo modo esclarecendo que além de simplesmente acreditar que ele era o enviado de Deus, deveriam também *cumprir* as diretrizes de sua Palavra, isto é, deveriam em tudo *agir* de acordo com ela.

*Crer* em Jesus significa, pois, inserir-se incondicionalmente na Mensagem de Cristo, a qual estipula que a criatura humana tem de se esforçar em agir sempre corretamente, em todas as situações da vida. *Crer* em Jesus é *acreditar* na sua Palavra e viver de acordo com ela. É amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo. É fazer aos outros exatamente o que queremos que seja feito a nós.

Se o sentido fosse o que a teologia cristã ensina, teríamos de admitir os maiores absurdos. Por exemplo: um estuprador e assassino pego em flagrante estaria salvo se, ainda no camburão, confessasse Jesus como seu Salvador e acreditasse na sua morte redentora, ao passo que a vítima, caso não fosse cristã, naquele mesmo momento já estaria queimando no inferno. O criminoso vai ficar algum tempo hospedado numa prisão, mas quando morrer será recebido por Jesus no céu, com coros angélicos de júbilo, suficientemente altos para abafar os gritos de dor da vítima assassinada, em seus tormentos nas profundezas infernais. Só mesmo uma pessoa sem nenhum discernimento, com a intuição já totalmente obliterada e a alma já completamente enrijecida, pode aceitar semelhante coisa e outras ainda piores, que decorrem da transmutação do *crer atuante*, oriundo da severa doutrina de Jesus, na aceitação apática de uma salvação gratuita e imerecida.

E conforme Tiago ainda exorta no tesouro bíblico que é a sua epístola (escrita, aliás, num grego impecável, e com toda justiça conhecida como “Literatura de Sabedoria do Novo Testamento”), é absolutamente indispensável “ser *praticante da Palavra*, e não apenas ouvinte, enganando a si mesmo” (Tg1:22), haja vista que “alguém é justificado com base naquilo que *faz* e não simplesmente pela fé” (Tg2:24). Ser praticante da Palavra outra coisa não quer dizer senão viver segundo as leis da Criação, significa *praticar* a Lei, o conjunto das leis naturais. Como já mencionado, foi precisamente esse conceito que Paulo procurou transmitir ao Romanos:

*“Não são os que ouvem a Lei que são justos diante de Deus, mas os que praticam a Lei é que serão justificados.”*

*(Rm2:13)*

Também é significativo que a palavra *credere* (crer) em latim seja derivada de *cor-dare* – “dar o coração”... Teodoro, bispo na Cilícia de 392 a 428, assim explicava o sentido desse “crer” aos convertidos: “Quando dizeis ‘creio’ perante Deus, mostrais que permaneceis firmes com Ele, que jamais vos separeis Dele e que julgareis mais elevado, que qualquer outra coisa, ser e viver com Ele, e *conduzir-vos de uma maneira que esteja em harmonia com os Seus Mandamentos.*”

Guardar os mandamentos de Jesus significa observá-los, isto é, cumpri-los, *movimentar-se* para tanto. E essa Palavra, que provém do Pai, habitará então dentro daquele que a cumprir. Ter a Palavra habitando dentro de si significa tê-la assimilado de tal modo que se a pratica sem reservas. Tudo quanto uma tal pessoa fizer, todas as suas palavras, pensamentos e intuições, estarão automaticamente dentro do sentido dessa Palavra, como se ela estivesse impregnada em sua carne e em seu sangue. Não precisa mais cismar antes de praticar uma ação qualquer para ter certeza de estar agindo corretamente, pois a própria pessoa se molda integralmente, naturalmente, de acordo com a Palavra. De uma tal pessoa pode-se então dizer que, de fato, Cristo vive nela, pois Jesus foi a Palavra de Deus encarnada na Terra. É nesse sentido que Paulo afirmou aos Gálatas: “Já não sou eu quem vive, mas Cristo que vive em mim” (Gl2:20). Quem chega a esse ponto, de ter realmente o Filho de Deus habitando dentro de si, isto é, sua Palavra viva, este alcançará a vida eterna: “Quem tem o Filho de Deus, tem a vida” (1Jo5:12).

Contudo, não é preciso se submeter a uma religião instituída para conhecer os mandamentos de Jesus. Bem o contrário, infelizmente. As religiões atuais não ensinam a seguir os ensinamentos de Cristo, senão os delas mesmas, os quais se limitam a *citar* a doutrina de Jesus e, quando muito, a clamar por salvação, sem que o fiel tenha de despender o mínimo esforço para tanto. Essa contingência pode ser reconhecida por qualquer pessoa ainda viva espiritualmente. O grande escritor russo Leon Tolstoi, por exemplo, chegou a ingressar num mosteiro, mas acabou rompendo com a Igreja e foi excomungado. No entanto, é dele esse testemunho: “A essência do ensinamento de Cristo é a de *se seguir seus mandamentos*. Aqueles que só repetem ‘Meu Deus, Meu Senhor’ não irão para o céu, mas sim apenas *aqueles que cumprem a Vontade de Deus.*” Tolstoi poderia orgulhar-se de sua excomunhão. Poderia colocar o decreto excomulgatório num quadro, com uma bela moldura, e exibi-lo com orgulho a seus temerosos concidadãos, como um atestado legítimo da mais genuína liberdade de espírito, da mais aguçada vivacidade espiritual, que rejeita qualquer comodismo e superstição. A sua “heresia” acabou

convalidando sem querer o sentido original dessa palavra, que oriunda do grego *hairesis* significava simplesmente “uma escolha”. Uma escolha absolutamente certa no seu caso.

Só cumpre a Vontade de Deus quem cumpre a Sua Palavra. É com esse sentido, o da aceitação e prática integrais da Palavra, que a Ceia foi instituída por Jesus. O comer de seu corpo e o beber de seu sangue, simbolizados pelo pão e o vinho, significam a aceitação e o cumprimento total da Palavra de Cristo, já que ele próprio era a Palavra encarnada, “o pão de Deus que desceu do céu” (Jo6:33). Esse conceito não era de difícil compreensão na época, pois os judeus sempre usaram a metáfora de “comer e beber” para indicar a acolhida no íntimo de algo relevante. Nisso está o significado da declaração de Jesus: “Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer viverá eternamente, e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne” (Jo6:51), “pois minha carne é verdadeira comida e meu sangue é verdadeira bebida” (Jo6:55). Assim, quem comesse de sua carne e bebesse de seu sangue teria a vida eterna, mas quem a isso se recusasse ficaria privado dela (cf. Jo6:53). Essa condenação seria imposta mesmo que uma tal pessoa participasse exteriormente da Ceia eucarística, pois continuaria impura caso não tivesse assimilado interiormente a Palavra: “Examine-se pois a si mesmo o homem, e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque todo aquele que o come e bebe indignamente, come e bebe para si a condenação” (1Co11:28,29).

Jesus jamais poderia imaginar que, alguns séculos depois, essas suas palavras tão belas dariam origem a violentas disputas entre os teólogos de variadas tendências. No início, a comemoração da Ceia era acompanhada de uma simples refeição entre os cristãos, onde cada convidado trazia um prato para a mesa comum. A refeição era abençoada pelo bispo local com uma “oração de ação de graças” – a *eucharistia* (do grego *charis* – graça). Com o tempo, porém, essa oração de ação de graças tornou-se, ela própria, uma consagração dos elementos da Ceia, e a repetição do rito passou a representar a “renovação do sacrifício vicário” de Jesus, algo que nunca havia ocorrido nas primeiras celebrações.

É claro que os antigos romanos não poderiam mesmo entender uma tal doutrina, e julgavam que a seita cristã praticava uma espécie de canibalismo com suas idéias de comer “carne e sangue”. A prática do beijo de saudação entre irmãos e irmãs (como os cristãos se tratavam) – o chamado “ósculo santo” (cf. Rm16:16; 1Co16:20; 2Co13:12; 1Ts5:26), prática que Justino confirma em sua obra Primeira Apologia, do ano 150 – foi vista pelos romanos como prova de que o incesto também era prática comum entre os membros da seita. Tudo isso contribuiu para incrementar as perseguições cristãs no início da nossa era. Não é de admirar que o historiador e senador romano Tácito (25d.C. – 125d.C.) tenha chamado o Cristianismo de “detestável superstição”, e os cristãos de antanho de “pessoas notoriamente depravadas”. E que um outro romano daquela época, Luciano de Samosata (115d.C. – 200d.C.), tenha afirmado que os cristãos “adoravam um sofista crucificado e viviam segundo suas leis”. As trevas não iam perder uma oportunidade dessas de deturpar os ensinamentos de Jesus já no nascedouro do Cristianismo.

A Ceia instituída por Cristo antes de sua morte foi uma Ceia de despedida, tal como transparece no Evangelho de João (cf. Jo13:1-4). Um documento apócrifo conhecido como Doutrina dos Doze Apóstolos, muito bem conceituado até hoje, traz instruções para uma refeição de ação de graças, mas em nenhum momento a relaciona à “morte expiatória” de ninguém. Essa concepção só foi estabelecida mais tarde, com a contínua repetição da Ceia associada à idéia de uma “morte sacrificial” de Cristo. Sedimentada tal concepção, surgiu o debate de se saber até que ponto Jesus estaria efetivamente presente naquela consagração, levada a efeito milhares de vezes por dia, no mundo inteiro.

Essa controvérsia eucarística entre os cristãos pouco difere daquela irrompida entre os antigos fariseus, quando Jesus afirmou que sua carne era o pão vivo que ele daria ao mundo, para que quem dele comesse vivesse eternamente (cf. Jo6:51). Tal como os atuais cristãos, os fariseus de outrora só conseguiam fazer uso de seu limitado raciocínio na tentativa de compreender as palavras de Cristo, ao invés de simplesmente hauri-las com a intuição: “Os judeus discutiam entre si: ‘Como é que ele pode dar a sua carne a comer?’” (Jo6:52). Os cristãos de hoje também acham que Jesus de alguma forma quis dar literalmente seu corpo para ser comido entre os fiéis. O que efetivamente é deglutido na Ceia é que se tornou a grande questão entre eles.

Nesse embate teofágico pelem os defensores da “consustanciação” (protestantes sacramentalistas) e os da “transustanciação” (católicos). Os primeiros acreditam que o corpo e o sangue de Cristo se unem espiritualmente ao pão e ao vinho durante a Ceia, enquanto que os últimos crêem que pão e vinho são efetivamente transformados no corpo e no sangue reais de Jesus por ocasião da consagração. O fato de esses elementos continuarem tendo invariavelmente a aparência e o sabor de pão e de vinho é designado de “acidente” pela teologia católica, isto é, uma contingência meramente accidental. A transustanciação foi fixada como dogma de fé em 1215, no Concílio Latrão IV, o qual estabeleceu que *“cada partícula da hóstia consagrada, não importa quão partida esteja, contém todo o corpo, sangue e alma de Jesus Cristo”*.<sup>8</sup> Essa concepção foi reafirmada no Concílio de Trento, em 1551, com a declaração de que *“Jesus Cristo está verdadeira, real e substancialmente presente no santo sacramento”*, com o complemento de que os demais sacramentos ministrados pela Igreja, instituídos por Cristo, também eram indispensáveis à salvação dos leigos, e que a confissão auricular era uma prática divina. A hóstia passou a ser erguida durante a celebração como uma reação às heresias de então, que negavam a presença de Jesus na eucaristia.

A transustanciação acabou, inclusive, dando ensejo a novas abordagens eucarísticas, como a veneração da custódia e a negação do cálice aos participantes da missa, para evitar que algum fiel eventualmente derramasse o vinho transustanciado. Já os protestantes consideravam inaceitável que o vinho não pudesse ser oferecido aos participantes da celebração. Uma xilogravura do século XVI, no início da eterna briga entre católicos e protestantes, mostra um pastor condenando ao inferno um padre que celebrava uma missa, porque apenas o pão era oferecido aos fiéis. Esse primeiro século de contenda entre as duas grandes facções antagônicas já deixava antever o que o futuro nos reservaria em termos de encarniçada rixa cristã. Na Inglaterra, a rainha Maria I (1516 – 1558), católica fanática, perseguiu sem tréguas os protestantes, ostentando no final do seu reinado a cifra de 280 “hereges” devidamente queimados, enquanto que sua irmã e sucessora Elisabeth I (1533 – 1603), protestante convicta, cuidou de acossar a seu modo os católicos do reino... Para quem meneia a cabeça diante de uma tal intolerância medieval, saiba que até o ano de 1835 a discriminação contra católicos era legal em algumas regiões dos Estados Unidos, e que no Brasil, não faz muito tempo, filhos de pais espíritas não podiam freqüentar escolas onde estudavam crianças católicas.

---

<sup>8</sup> Esse Concílio também estabeleceu a proibição da cirurgia na prática da medicina entre as ordens religiosas, para que não se derramasse nenhum sangue. Intervenções cirúrgicas só poderiam ficar a cargo de homens não letrados. Com isso, surgiu uma distinção entre médicos – cavalheiros membros da nobre profissão – e cirurgiões, esses últimos praticantes já de algum trabalho manual, em geral atuando como barbeiros.

Desde a Idade Média os cristãos vêm brigando entre si para ver quem detém a concepção exata sobre os mistérios da Ceia instituída por Cristo. No ano de 1054 o papa e o patriarca ortodoxo (equivalente ao papa na Igreja Ortodoxa) se excomungaram mutuamente devido à discórdia sobre se o pão da Ceia devia ser levedado ou não... Certamente nenhum dos dois se lembrou da advertência de Paulo: “Evita as discussões tolas e descabidas, sabendo que geram rixas” (2Tm3:23).

Essa importante divergência teológica não parece ter preocupado muito os fiéis da época medieval, que consideravam a hóstia consagrada portadora de poderes mágicos, independentemente do modo de preparo. Na Inglaterra, especialmente, era prática comum levar a hóstia às escondidas para curar doenças de animais, apagar incêndios, fertilizar o solo, preparar encantamentos de amor, proteger criminosos, etc.

É interessante notar que na remota Antiguidade ninguém teria aceitado a idéia de que uma hóstia pudesse conter a divindade, conforme se depreende dessa confissão do rei Salomão: “É verdade que Deus poderia habitar sobre a Terra? Os próprios céus e o céu dos céus não te podem conter!” (1Rs8:27). O primeiro mártir cristão, Estevão, também sabia que “o Altíssimo não mora em casa feita por mãos humanas” (At7:48). Parece que naquelas épocas longínquas as pessoas tinham uma noção mais acertada da grandeza do Todo-Poderoso do que os fiéis cristãos de hoje.

Mas voltemos às exortações de Jesus para se cumprir sua Palavra. O trecho a seguir é uma ratificação do anterior:

*“Se guardardes os meus mandamentos, permaneceréis no meu amor, assim como também eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai, e no seu amor permaneço.”*

*(Jo15:10)*

Mesmo quando Jesus dava as indicações necessárias para o ser humano tornar-se um “filho” de Deus, estava subjacente a necessidade de movimentação interior:

*“Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus.”*

*(Mt5:9)*

Aqui Jesus faz menção àqueles que possuem legítima paz íntima, e que são capazes, devido à sua pureza de alma, de transmitir essa paz aos seus semelhantes. Paz interior, porém, só pode possuir quem assimila e *cumpr*e a Palavra. Tão-somente este é conduzido pelo Espírito de Deus, a Sua Vontade Sagrada, podendo ser considerado como uma criança da Criação ou um “filho” de Deus: “Os que são conduzidos pelo Espírito de Deus, esses é que são filhos de Deus” (Rm8:14). Assim, unicamente com empenho pessoal um ser humano pode alcançar o estado de poder ser considerado um “filho” de Deus. Essa denominação, porém, não significa que ele traga em si qualquer coisa de divino, mas sim que pelo direcionamento correto do seu livre-arbítrio ele passou a cumprir as determinações do Criador contidas na Palavra, tornando-se então, por adoção, um Seu “filho”. Só poderemos ser tidos na conta de “filhos adotivos” de Deus se cumprirmos a Palavra transmitida por Seu Filho unigênito, enviado por Ele à humanidade pecadora: “Deus enviou o Seu Filho, (...) para que nos seja dado ser filhos adotivos” (Gl4:4,5).

Que é necessário cumprir os mandamentos contidos na Palavra para alguém poder tornar-se um “filho” do Todo-Poderoso Criador, também fica patente no trecho a seguir:

*“Eu, porém, vos digo: Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem, para que vos torneis filhos de vosso Pai celeste.”*

(Mt5:44,45)

O sentido que transparece dessas palavras é: *fazei* isso que digo, *cumpri* o que determino, para que *então* possais tornar-vos filhos do Pai celeste. Cumprida essa exigência, a respectiva pessoa estará de fato “nascida de novo”, ou “nascida de Jesus ou de Deus”, pois não pecará mais: “Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática de pecado” (1Jo3:9), só exercendo a justiça: “Reconheci que todo aquele que pratica a justiça nasceu dele” (1Jo2:29). No trecho abaixo Jesus elucida a situação dos “filhos de Deus”, tidos como merecedores de subsistir no Juízo e permanecer vivos espiritualmente por toda a eternidade:

*“Os filhos deste mundo casam-se e dão-se em casamento, mas os que são havidos por dignos de alcançar a era vindoura e a ressurreição dentre os mortos, não casam nem se dão em casamento. Pois não podem mais morrer, porque são iguais aos anjos, e são filhos de Deus, sendo filhos da ressurreição.”*

(Lc20:34-36)

Jesus havia sido inquirido aí por um grupo de saduceus a respeito da ressurreição dos mortos. Os saduceus não acreditavam neste conceito (cf. At23:8), e é forçoso dizer que pelo menos nisso estavam certos. De fato, não há nada na Torá ou Torah (da raiz hebraica *yarah* – ensinar, instruir), indicando algo parecido com a idéia corrente de “ressurreição dos mortos”. De mais a mais, já o antiqüíssimo livro de Jó, que se supõe ter sido escrito entre os séculos XI e X a.C., é bem taxativo a respeito. Na sentença reproduzida a seguir, a expressão dormir é um eufemismo para indicar a morte, como normalmente acontece nos escritos do Antigo Testamento: “Assim como o homem quando dormir *não ressuscitará*, a menos que o céu seja consumido não despertará, nem se levantará do seu sono” (Jó14:12). Ou seja, é mais fácil o céu ser consumido do que um morto ressuscitar em carne.

Jó sabia muito bem que a morte terrena era um acontecimento natural, apenas o “lugar de encontro de todos os mortais” (Jó30:23). Ele foi tão claro em seu ensinamento contrário a uma idéia de ressurreição corpórea dos mortos que, por ocasião da tradução da Bíblia hebraica para o latim, a chamada Vulgata, um outro trecho de seu livro foi intencionalmente torcido e retorcido com vistas a justificar essa doutrina da ressurreição física dos mortos, já em voga na Igreja. O trecho no original hebraico dizia textualmente:

*“Eu sei que meu defensor vive e prevalecerá, por fim, sobre o pó da terra; e mesmo que me tenham destruído a pele, na minha carne, contemplarei a Deus.”*

(Jó19:26)

O paciente Jó está simplesmente dizendo que por maior sofrimento que padecesse aqui na Terra, não perderia sua confiança no Senhor; continuaria a contemplá-Lo na observância de Suas leis, nitidamente reconhecíveis na Criação. É evidente que não se trata de um “ver” literal. É o mesmo sentido da bem-aventurança expressa por Jesus: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus” (Mt5:8). Agora, o leitor preste bem atenção nessa mesma sentença dita por Jó tal como aparece na Vulgata latina, a qual serviu

de base para as primeiras traduções nas línguas modernas: “Pois eu sei que o meu redentor vive e que, no último dia, eu ressuscitarei da terra e, de novo, serei revestido da minha pele; e, na minha carne, eu verei a Deus.” Comentários dispensados...

A idéia da ressurreição dos mortos defendida pelos fariseus estava baseada na tradição oral, a qual era rejeitada pelos saduceus. A concepção reinante na época junto aos fariseus sobre essa ressurreição é a que lamentavelmente subsiste ainda hoje, isto é, a de uma ressurreição física (corpo terreno) no Dia do Juízo Final, algo completamente impossível segundo as leis perfeitas da Criação.

Impossível realmente. Como será que as pessoas imaginam um tal acontecimento surreal em relação a si mesmas? Emergindo do túmulo e flutuando no ar com um corpo glorioso, envolto em esvoaçantes vestes brancas? E que idade terá esse corpo? Seguramente uns vinte e poucos anos... Por que não oito ou oitenta? Por que não exatamente “trinta anos em perfeito vigor”, como ensina Agostinho? E quem foi cremado e teve suas cinzas espalhadas ao mar, como fica sua situação? E o cristão que tiver a má sorte de ser evaporado numa explosão atômica? E um seu antepassado distante, tão desafortunado quanto, que foi *integralmente devorado* pelos leões no Coliseu romano? Voltará à vida de excrementos fossilizados, ou quiçá da raiz dalguma velha oliveira italiana por eles adubada?... O Homem de Neanderthal também vai ressuscitar no final dos tempos com aquele mesmo corpo desengonçado?

O fato é que nem Moisés nem Jesus ensinaram um absurdo desse quilate, de que o corpo físico ressuscitaria no final dos tempos. Nem no final nem antes. Aquela estória de sepulcros se abrindo e corpos de santos ressuscitando logo após a morte de Jesus é tão-só fruto de uma fantasia desregrada, que não pode impressionar ninguém capaz de refletir por si mesmo e que ainda ouve a voz de sua intuição. E que “santos” eram aqueles? Quando foram canonizados e por quem? A primeira canonização de que se tem notícia data do ano 993... Seriam aqueles antigos *santos* que “oferecem sacrifícios consumados pelo fogo ao Senhor” (Lv21:6)? Santos que matavam animais inocentes? Por que tiveram a primazia de ressuscitar antes de todo mundo? E teria sido mesmo uma primazia?... O retorno à vida daquela sinistra multidão de espectros parece mais roteiro de um filme de terror: “Abriram-se os túmulos e muitos corpos de santos, que estavam mortos, ressuscitaram; e saindo dos sepulcros, depois da ressurreição dele, entraram na Cidade Santa e apareceram a muitos” (Mt27:52,53). Posso perguntar onde anda esse pessoal? Ainda perambulando pela Cidade Santa e assombrando a muitos? Ou teriam morrido uma segunda vez?... Não sabiam esses mortos-vivos santificados que “aos homens está ordenado morrerem uma só vez” (Hb9:27)? Ou será que subiram todos irmanados ao céu, com seus novos corpos ressurretos, sem darem a mínima a que “carne e sangue não podem herdar o Reino de Deus” (1Co15:50)? Acaso há alguma testemunha ocular dessa sublevada ascensão coletiva de defuntos insepultos?...

Por falar em ascensão corpórea, ninguém também viu o bom ladrão subindo em carne e osso para o céu no dia da crucificação, o que naturalmente teria sido fácil de constatar, já que naquele mesmo dia de sua morte ele estaria no Paraíso, conforme asseverou Jesus.

Aquele bom ladrão ascendeu ao Paraíso como *espírito humano* depois de sua morte terrena, em obediência ao processo natural de evolução previsto na Vontade de Deus, quando não havendo mais necessidade de novas encarnações o espírito ascende ao reino espiritual, enquanto que o invólucro terreno permanece na matéria, de onde se originou: “o pó voltará à terra de onde saiu, e o espírito voltará para Deus que o concedeu” (Ec112:7),

conforme, aliás, já fora prescrito ao homem terreno desde os primórdios: “tu és pó e ao pó retornarás” (Gn3:19).

Na sua longa conversa com Nicodemos, Jesus também esclareceu essa diferenciação:

*“O que nasceu da carne é carne, e o que nasceu do espírito é espírito.”*

(Jo3:6)

Os próprios samaritanos, tão desprezados pelos judeus, não ensinavam a idéia de ressurreição dos mortos, e o próprio apóstolo Paulo ainda ratificou aos gregos de Corinto, com uma clareza meridiana, que “carne e sangue não podem herdar o Reino de Deus” (1Co15:50). Aliás, os gregos daquela época, convictos dos ensinamentos de seu patrício Platão sobre a imortalidade da alma, nunca engoliram a idéia de uma ressurreição física do corpo terreno, algo incompatível com as leis vigentes, e que seria indigno de Deus e de Sua perfeição. Nem havia na língua grega um termo para exprimir essa idéia, e por isso os textos bíblicos fazem uso aí de duas palavras comuns: “levantar” e “despertar”.

Os gregos costumavam fazer um trocadilho com a palavra *sōma* (corpo) e *sēma* (tumba), e adotavam como regra de vida o princípio basilar do grande filósofo grego, segundo o qual *“não se pode acreditar em nada que seja indigno de Deus”*. Nesse ensinamento platônico estava implícito o preceito de que se deve dar a Ele, ao Todo-Poderoso Criador, a honra da perfeição, pois *“na verdade, tudo é Dele, por Ele e para Ele”* (Rm11:36). Dos escritos de Platão, eles também sabiam que o mal era basicamente a ausência de Deus e que o ser humano é livre em sua escolha (Timeu), e também que não podia haver dois deuses: um bom e outro mau. Se o mundo ia alternadamente bem e mal, como uma roda que gira ora para a frente e ora para trás, então isso se devia ao fato de obedecer ora à impulsão divina, ora a si mesmo (Política).

A crença antinatural de uma ressurreição corpórea foi mais um produto exclusivo do raciocínio humano torcido, que só consegue divisar valores no que é material. O conceito correto referente à ressurreição citada na Bíblia é: *ressurreição de tudo quanto é morto durante a época do Juízo Final*. No tempo do Julgamento final, tudo quanto está aparentemente morto e sepultado no espírito humano, todas suas falhas e pendores serão despertados para a vida, terão de se manifestar, para que ele se mostre como realmente é, e assim se julgue. É esse o sentido da expressão: *“Teus mortos, porém, reviverão! Seus cadáveres irão se levantar!”* (Is26:19).

Quanto aos espiritualmente mortos, não vão ressuscitar, mas sim *acordar* no Julgamento, quer queiram quer não. Os mortos espirituais serão despertados para o reconhecimento de sua culpa na época do Juízo, que é *“o tempo do julgamento dos mortos”* (Ap11:18), antes de serem extirpados da Criação. Os espiritualmente vivos, porém, *“ressuscitarão de entre os mortos”* (Rm7:4) para a vida eterna; estes, portanto, *ressurgirão* dentre os espiritualmente mortos, os condenados no Juízo. É a eles que se dirige o brado: *“Desperta, ó tu que dormes, levanta de entre os mortos, e Cristo te iluminará”* (Ef5:14). Cristo aqui significa a Palavra da Salvação, que era ele próprio.

Essas duas situações são retratadas no livro de Daniel, onde ambas as espécies de seres humanos *despertarão* no Juízo, mas apenas aqueles que tiverem seus nomes escritos no Livro da Vida obterão a vida eterna: *“Só escapará, então, quem for do teu povo, quem tiver seu nome inscrito no Livro. Muitos dos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbrio, para o horror eterno”* (Dn12:1,2). A situação dessas duas espécies de seres humanos despertadas no Juízo é mostrada da seguinte

maneira no livro de Provérbios: “A luz dos justos brilhará jubilosa; a lâmpada dos maus se apagará” (Pv13:9).

Sobre o destino desses maus, os espiritualmente mortos que acordarão para o horror eterno, os “mortos que foram julgados segundo suas obras” (Ap20:12), também podemos ler nos livros de Isaías e da Sabedoria: “Estão mortos, não reviverão, são sombras, não se levantam mais. Tu castigaste, destruíste, apagaste a memória dessa gente” (Is26:14); “Deus os precipitará, silenciados, de cabeça para baixo, sacudi-los-á desde as suas bases; eles ficarão em desolação até o fim, mergulhados na dor, e sua memória perecerá” (Sb4:19).

No Evangelho de João também aparece essa imagem do despertar espiritual no Juízo, onde uns acordarão para a vida eterna e outros para a condenação:

*“Vem a hora em que todos os que estão nos túmulos ouvirão sua voz, e sairão. Aqueles que fizeram o bem ressuscitarão para a vida; e aqueles que praticaram o mal, para a condenação.”*

(Jo5:28,29)

Os espiritualmente vivos é que são, portanto, os verdadeiros ressurretos espirituais, que “se entregam a Deus como vivos de entre os mortos” (Rm6:13), aqueles que devido à sua radical transformação interior fizeram jus ao galardão da vida eterna, podendo então ser chamados “filhos de Deus”, pois Ele não é Deus de mortos e sim de vivos, conforme esclarece Jesus:

*“Quanto à ressurreição dos mortos, não tendes lido no Livro de Moisés, no trecho referente à sarça, como Deus lhe falou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó? Ora, Ele não é Deus de mortos, e sim de vivos.”*

(Mc12:26,27)

Nenhuma dessas declarações do Senhor Jesus justificam a concepção de uma ressurreição física dos mortos. O corpo terreno é formado de matéria, e em razão disso terá de permanecer sempre no âmbito material do qual se originou, jamais podendo alcançar outros planos da Criação situados acima dele, os quais são de espécie e constituição completamente diferentes. Uma decorrência absolutamente natural e lógica de leis eternas, imutáveis e perfeitas. No assim chamado Além, no mundo de matéria mais fina, só podem estar *almas humanas*, cuja constituição é idêntica à do respectivo plano. E no plano mais alto a que um ser humano pode alcançar, no plano espiritual denominado Paraíso, só podem estar *espíritos humanos* exclusivamente, sem invólucros de outras espécies. Jamais um corpo material poderá ascender até o plano espiritual da Criação, ou mesmo a regiões acima deste. Isto, as leis perfeitas da Criação não permitem.

Não posso deixar de registrar aqui a opinião de um eminente teólogo tradicional, que afirma ser heresia a crença na subsistência da alma “às expensas da ressurreição corporal”. Tire o leitor suas próprias conclusões dessas palavras do sobranceiro teólogo: “*Essa [heresia] não ocorre com tanta freqüência entre eruditos e teólogos cristãos, mas sim entre o povo leigo, simples e bíblicamente semi-analfabeto.*”

Ressurreição corpórea, porém, é uma concepção tão inadmissível, tão contrária às leis da Criação, que essa impossibilidade absoluta foi aproveitada por Abraão na imagem que fez durante aquela conversa com o ex-homem rico no Além, para convencê-lo de que seus parentes jamais acreditariam em suas advertências: “Se não escutam Moisés nem os profetas, mesmo se alguém ressuscitar dos mortos, não acreditarão” (Lc16:31).

Ressurreição corpórea, a bem dizer, verifica-se em cada nascimento terreno. Uma ressurreição *na carne*, em virtude da nova vida terrena que se inicia, e não uma ressurreição *da carne*, pois a alma, o invólucro mais fino do espírito, é sempre o mesmo, podendo se apresentar mais limpo ou mais sujo, conforme viveu o ser humano, o que fatalmente se evidenciará naquela nova vida terrena. O que muda em cada encarnação é unicamente a vestimenta mais externa, denominada corpo humano terreno, num processo que se repete várias vezes mas que não é infinito, visto que para tudo há um tempo determinado, e assim também para o desenvolvimento previsto do espírito humano. Durante esse período concedido para seu desenvolvimento, o ser humano repete continuamente o ciclo de morte e renascimento, de partir para o mundo do Além e, de lá, retornar para uma nova encarnação: “O Senhor é quem dá a morte e a vida, faz descer à morada dos mortos *e de lá voltar*” (1Sm2:6).

O escritor e teólogo grego Orígenes, um dos mais destacados pensadores cristãos, já ensinava a “preexistência da alma” nos primórdios do Cristianismo, idéia aceita também por outras figuras de destaque daqueles tempos antigos, como Jerônimo e Clemente de Alexandria. Orígenes não tinha nenhuma dúvida sobre a preexistência da alma e a reencarnação. Contudo, no Concílio Constantinopla II, em 553, seus ensinamentos foram formalmente declarados heréticos, e assim permanecem até hoje.

A concepção de vidas sucessivas foi desaprovada naquele Concílio por influência do imperador Justiniano, cuja esposa, escravocrata convicta, teria ficado apavorada com a possibilidade de ter de reencarnar como escrava... A reencarnação foi rejeitada num pleito sinodal, tendo perdido pelo apertado placar de 3 a 2. Há quem sustente que o fator preponderante para essa derrota não foi a ingerência do imperador, mas sim a percepção dos clérigos da época de que o conceito reencarnacionista enfraqueceria o poder da Igreja, já que concederia aos católicos tempo demais para buscarem a salvação. Agostinho chegou a escrever uma carta ao papa Inocêncio I, advertindo-o sobre a necessidade de se condenar as idéias sobre vidas sucessivas, sob pena de a Igreja perder a sua própria autoridade... Além disso, se um fiel pudesse continuar evoluindo após a morte, seja no Além ou numa nova vida terrena, então não haveria mais lugar para indulgências e muito menos para missas encomendadas (e bem remuneradas) em prol dos entes falecidos. Seria um desastre!

Se o retorno à matéria para uma nova vida terrena não fosse um fato, seriam falsas todas as inúmeras assertivas bíblicas que prevêm uma dura reciprocidade para os maus, terrenamente visível, a qual não se tenha verificado durante a mesma vida em que esses atos malévolos foram praticados. Nesse caso, a injustiça campearia por toda a Bíblia, e um livro poderia ser escrito só com esses relatos de aparente injustiça. A própria Palavra de Jesus estaria desqualificada, pois em relação aos crimes cometidos contra os antigos profetas ele anunciou: “Por isso se pedirá conta a *esta geração* do sangue de todos os profetas derramado desde a criação do mundo, (...). Sim, eu vos digo: *esta geração* terá de prestar conta disso” (Lc11:50,51). Aquela geração má teria de prestar contas um dia pelos crimes praticados contra os profetas, decorrente da Lei da Reciprocidade. Se o resgate não ocorreu naquela vida em particular, veio seguramente numa outra, possivelmente até na atual.

A alegação de muitos teólogos cristãos, contrários à reencarnação, de que “aos homens está ordenado morrerem uma só vez” (Hb9:27) é novamente apenas fruto de uma estreiteza de visão. Nosso corpo físico, de fato, morrerá uma única vez, visto que uma ressurreição no mesmo corpo é coisa impossível. O ser humano espiritual, porém, o eu individual, não cessa de existir com a morte terrena. Ele só deixará de existir na Criação se

sofrer a morte espiritual, que é o acontecimento mais terrível que pode atingir um espírito humano que já tenha chegado à autoconsciência. Aquela criatura que se desviar da Palavra do Senhor, agindo contra as Suas leis, será por fim arrastada à essa morte espiritual, o que evidentemente só ocorrerá uma vez e para sempre. Mas isso será então apenas culpa dela própria exclusivamente, visto que “a alma que pecar, esta morrerá” (Ez18:4), de modo que “cada um morrerá por seu próprio pecado” (Jr31:30). O Talmude hebraico também enfatiza a gravidade dessa incondicional reciprocidade para o espírito humano ao afirmar que “não há morte sem pecado, e não há sofrimento sem iniquidade.”

Ressalte-se que o salmista bíblico também diz que os “mortos descem todos ao Silêncio” (Sl115:17), ao passo que “nós, os vivos, bendiremos o Senhor, desde agora e *para sempre*” (Sl115:18). Se para os espiritualmente vivos esse louvor ao Senhor era “para sempre”, então não poderia tratar-se de uma única vida terrena, mas sim da existência total do espírito humano, que compreende várias vidas na Terra e também no Além, até poder viver eternamente (para sempre portanto) no Paraíso. Enquanto os espiritualmente mortos descem ao Silêncio, sendo por conseguinte esquecidos para sempre com sua morte espiritual, a qual ocorre apenas uma vez, os vivos bendirão o Senhor, também para sempre. Por isso, o salmista podia clamar com a mesma convicção: “Vou guardar Tua Lei *para sempre*, por todos os séculos!” (Sl119:44).

Jesus não falou explicitamente sobre reencarnação e outros assuntos porque se encontrava frente a uma imaturidade muito grande, até mesmo de seus discípulos. Foi com tristeza que lhes declarou: “Tenho ainda muita coisa a vos dizer, mas não sois capazes de compreender agora” (Jo16:12). No Evangelho de Marcos, principalmente, vemos que os discípulos quase nunca entendiam direito as palavras do Mestre. Se Jesus aparecesse hoje, com mais razão ainda evitaria falar desses temas com os atuais cristãos.

Mas voltemos aos saduceus, quase esquecidos. Eles haviam interpelado Jesus com uma charada que citava uma prescrição de Moisés, na qual consta que no caso de um casal não ter filhos e o marido vier a falecer, o seu irmão deve desposar a viúva e suscitar descendência ao falecido (cf. Dt25:5-10). Com base nisso, inventaram uma estória mirabolante de sete irmãos, na qual o mais velho era casado e não tinha filhos. Ao morrer esse irmão mais velho o segundo desposa a viúva, sem também ter filhos com ela. O segundo marido também morre e a situação se repete com o terceiro. E assim vai até o sétimo, o último. A questão suscitada pelos saduceus era: “De qual irmão a mulher será esposa no *dia da ressurreição*, visto que os sete a desposaram?” (Lc20:33).

Jesus explica que enlaces matrimoniais tal como conhecemos na Terra não existem nos planos do Além, e cita como exemplo a situação dos que se tornam “filhos de Deus”. Diz ele que os que *forem dignos de ressuscitar dentre os mortos*, ou seja, aqueles aptos a alcançar a vida eterna, “não mais se casam nem se dão em casamento” (Lc20:35) como fazem as pessoas aqui na Terra. De fato, relações maritais como conhecemos só existem aqui, no plano da matéria mais grosseira. No Gênesis, por exemplo, não há nenhuma indicação para os seres humanos se “reproduzirem” no Paraíso, mas somente quando estes passam a viver na Terra, degrau indispensável no seu processo de desenvolvimento.

Os filhos da ressurreição também “não podem mais morrer” (Lc20:36), isto é, não sofrerão a morte espiritual ou condenação eterna por ocasião do Juízo Final. Serão iguais aos anjos<sup>9</sup> no sentido de que ambos possuem a vida eterna. Como foram dignos de alcançar

---

<sup>9</sup> A palavra “anjo” deriva do grego *aggélos*, que significa “mensageiro”. O correspondente termo em hebraico – *mal'akh* tem o mesmo sentido. Os anjos são, de fato, os mensageiros da Vontade divina. Os nomes deles e

a vida eterna, *então* já podem ser chamados “filhos de Deus”, ou filhos da ressurreição, visto que ressuscitaram dentre os mortos, dos espiritualmente mortos. Novamente transparece aqui a necessidade de *esforço pessoal* para se alcançar um dia a condição de poder ser chamado “filho de Deus”.

Só quem se esforça em se tornar um “filho de Deus” pela obediência à Palavra – em contraste com os que não cumprem os Mandamentos – pode um dia alcançar a vida eterna, entrar no reino dos céus. Tal esforço equivale a um *movimentar-se* no sentido do aperfeiçoamento contínuo, observando irrestritamente as leis ou Mandamentos da Vontade de Deus. No trecho a seguir, Jesus sintetiza essa contingência:

*“Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar será considerado grande no reino dos céus. Pois vos digo que se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus.”*

(Mt5:19,20)

Ninguém pode hoje exceder a justiça dos modernos escribas e fariseus apenas “crendo” no Salvador e em suas palavras. Ao contrário. Se para obter a salvação fosse suficiente “acreditar” em Jesus e “aceitá-lo” como Salvador, ele não teria alertado com tanta ênfase os seres humanos para o perigo de entrar pela *porta larga* e seguir pelo *caminho espaçoso* do comodismo (cf. Mt7:13). A porta larga não passa de uma ampla arapuca e o caminho espaçoso a que ela dá acesso é falso, pois foram ambos moldados pelo raciocínio humano, atado ao espaço e tempo terrenos. Nunca conduziram para cima, para o reino dos céus, mas sim para baixo, para a morte espiritual. Conforme já dito, o caminho para a vida é muito mais difícil de ser trilhado: ele é *apertado*, e a porta que lhe dá acesso é *estreita* (cf. Mt7:14). Em outras palavras, não é um caminho cômodo, confortável, mas sim requer – novamente – *esforço pessoal* para se poder seguir por ele. Na severa linguagem do apóstolo Paulo, as pessoas precisam desenvolver sua salvação com “temor e tremor” (Fp2:12). Não basta absolutamente acreditar no Senhor e clamar por ele, mas é preciso em tudo *agir* no sentido da Sua Vontade, pois “a fé, se não tiver obras, por si só está morta” (Tg2:17), ensina Tiago. O lúcido Tiago é mesmo de uma clareza ofuscante sobre esse ponto, pois insiste: “Assim como o corpo sem espírito está morto, assim também a fé sem obras está morta” (Tg2:26). Mais claro impossível.

E como é possível, depois das palavras abaixo, que o ensinamento basilar de Jesus sobre a necessidade de movimentação própria tenha sido desconsiderado?

*“Nem todo o que me diz: Senhor! Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a Vontade de meu Pai que está nos céus.”*

(Mt7:21)

Aquele que *faz* a Vontade do Pai... Somente *este* entrará um dia no reino dos céus! “O mundo passa, e também a sua concupiscência; *mas aquele que faz a Vontade de Deus permanece eternamente*” (1Jo2:17). A vida eterna só será alcançada por aquele que *atua* em conformidade com a Vontade do Senhor, a Verdade divina. É a Lei do Movimento em vigor! Os outros apenas mentem para si mesmos com palavras vazias, imaginando estar

---

dos arcanjos (do grego *arkhos* – chefe de anjos) invariavelmente terminam em “El”, que é o mais antigo nome semita referido ao Criador.

inseridos no ensino de Jesus: “Se dissermos que estamos em comunhão com ele [Jesus] e andamos em trevas, mentimos e não praticamos a Verdade” (1Jo1:6).

Em contrapartida, aquele que se movimenta espiritualmente e faz a Vontade do Criador, que cumpre diligentemente as Suas leis, já aqui na Terra tem sua vida transformada, conforme Tiago também prescreve em sua epístola: “Quem considera atentamente a Lei perfeita, Lei da liberdade, e nela persevera, não sendo ouvinte negligente, mas *operoso praticante*, este será bem-aventurado no que realizar” (Tg1:25). Operoso praticante!... A bem-aventurança do espírito humano reside unicamente na sujeição voluntária e *diligente* às leis universais. Tão-somente este ser humano é realmente livre, ao passo que quem procura “libertar-se” dessas leis torna-se na realidade um escravo, um eterno escravo do pecado...

A bem-aventurança de um espírito liberto não abrange apenas bons efeitos retroativos decorrentes de um modo de vida correto, mas traz consigo também o sentido de *proteção* contra eventuais retornos cármicos negativos. Quem realmente acolhe a Palavra dentro de si e a pratica, angaria como que um escudo contra antigos e maus efeitos retroativos, que se efetivam pela Lei da Reciprocidade. Um carma pesado, pronto a efetivar-se através de um efeito de retorno ruim, não precisa abater-se com toda sua potencialidade sobre a pessoa que o gerou. Mesmo numa situação de extremo perigo como essa, a criatura humana não fica desamparada, não fica indefesa. Mesmo aqui é ela própria a determinar sua senda, a fornecer os fios com que o tear da Criação tece o tapete do seu destino, com a trama e a urdidura correspondente à sua vontade real. Se ela mudou seu modo de ser nesse intervalo e realmente *esforçou-se* em melhorar em tudo, cuidando de purificar sua vontade, seus pensamentos, palavras e ações, se nas suas vivências procurou enobrecer tudo com que entrou em contato, se, enfim, procurou cumprir o que prescrevem as Mensagens de Deus, então não concede mais em si nenhuma ancoragem para a efetivação integral de um carma grave. A Lei de Atração da Igual Espécie a protege disso.

Como ela melhorou por esforço próprio, como ascendeu espiritualmente de patamar, então também não traz mais em si a mesma espécie má do retorno cármico. Não pode mais ser atingida integralmente pelo carma ruim a ela ligado, pelo simples fato de que espiritualmente não se encontra mais lá embaixo, naquele mesmo nível de quando o gerou por meio de uma atuação errada qualquer. O efeito cármico danoso só poderá atingi-la de modo muito enfraquecido, bastante atenuado, simbólico até, com o que então será remido da mesma forma.

Exteriormente, essa situação se apresenta como se uma tal pessoa estivesse protegida com um escudo contra as adversidades da vida. Jesus retratou isso na alusão ao homem que edifica sua casa sobre a rocha:

*“Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica será comparado a um homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha. E todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica será comparado a um homem insensato, que edificou a sua casa sobre a areia; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, e ela desabou, sendo grande a sua ruína.”*

(Mt7:24-27)

O mau efeito retroativo não causou nenhum dano ao homem prudente, que tinha ouvido e praticado as palavras de Jesus. Note-se que está dito: “quem ouve estas minhas palavras e *as pratica*”, ou seja, quem *se movimenta* para inseri-las integralmente em sua vida. Jesus, pois, exorta continuamente os homens para que assimilem sua Palavra e a conservem dentro de si, mediante contínua vigilância. As ações de assimilar e conservar os ensinamentos contidos na Palavra pressupõem indiscutivelmente um esforço próprio, pessoal. Assim, é a própria pessoa que dá forma à sua proteção, como um escudo, não podendo mais ser atingida tão duramente na reciprocidade. O mundo pode até desmoronar à sua volta, mas ela estará protegida: “Se tombarem mil a teu lado e dez mil à tua direita, tu não serás atingido” (Sl91:7).

Isaías também já havia descrito esse importante processo do simbolismo no destino humano quando da transmissão dessa exortação da parte do Senhor, numa linguagem compreensível ao povo da época: “Aprendei a fazer o bem! Buscai o direito, corrigi o opressor! (...) Então, sim, poderemos discutir, diz Yahweh: Mesmo que os vossos pecados sejam como escarlate, tornar-se-ão alvos como a neve; ainda que sejam vermelhos como carmesim, tornar-se-ão como a lã” (Is1:17,18). A reciprocidade será consideravelmente atenuada pela boa vontade legítima, atingindo o pecador que se esforça pelo bem com uma intensidade diminuída, correspondente a uma nova coloração, suavizada, de suas faltas.

O trecho a seguir fala novamente dessa necessidade de conservação do que foi assimilado, uma atribuição impossível de ser cumprida pela insossa fé cega aprendida. Naquele tempo o sal, de sabor inalterável, era usado para conservar os alimentos:

*“Bom é o sal, mas se o sal vier a tornar-se insípido, como lhe restituir o sabor? Tende sal em vós mesmos, e paz uns com os outros.”*

(Mc9:50)

A necessidade de vigilância contínua fica ainda acentuada sobremaneira no trecho abaixo, quando Jesus fala da *perseverança*, logo depois de uma menção clara à Lei da Reciprocidade (“não se perderá um só fio de cabelo...”):

*“Sereis odiados por todos por causa do meu nome; mas nem um só cabelo da vossa cabeça se perderá. É pela vossa perseverança que ganhareis a vida.”*

(Lc21:18)

Pela *perseverança* ganharemos a vida... vida eterna! Pela nossa contínua vigilância e movimentação espiritual, perseverando no bem até o fim: “Quem *perseverar* até o fim, esse será salvo” (Mc13:13). Paulo diz o mesmo aos Romanos, ao lhes garantir que o resultado da perseverança em praticar o bem seria a obtenção da vida eterna: “Vida eterna para aqueles que, por *sua perseverança em praticar o bem*, procuram glória, honra e incorruptibilidade” (Rm2:7). A Epístola aos Hebreus também diz o mesmo sobre a necessidade de movimentação perseverante, no sentido certo: “De fato, é de *perseverança* que tendes necessidade, para cumprirdes a Vontade de Deus e alcançardes o que Ele prometeu” (Hb10:36). Quem age com essa firmeza será necessariamente feliz, assegura Tiago: “Eis que temos por felizes aos que *perseveram* firmes” (Tg5:11).

Quero finalizar esse tópico mencionando uma informação da biblista Marie Vidal, estudiosa do Judaísmo. Segundo ela, o pronome relativo hebraico *asher* é usado para designar a planta dos pés, dando imediatamente a idéia de avanço, de movimentação para frente. Não por acaso, o termo que designa “feliz” é um derivado deste: *ashrei*. Assim, na

etimologia judaica, movimentação no sentido certo e felicidade estão intimamente relacionados, o que é uma verdade primordial.

### ***A Lei de Atração da Igual Espécie***

Considerando-se que a caridade também faz parte dos ensinamentos de Jesus, as alusões a ele atribuídas de que será tirado dos pobres até o pouco que possuem, nunca foram bem compreendidas. Cuidadosamente se passou ao lado dessas palavras, sem levantar muita poeira, porque o real sentido delas não foi reconhecido.

A causa da incompreensão, porém, assim como de tantas outras passagens, reside novamente apenas na tentativa de interpretação literal das palavras do Mestre. Jesus veio das alturas máximas, e por isso suas palavras tinham um alcance muito maior do que podia fazer crer o estreito campo de visão das pessoas que o ouviam. Jesus abrangia com a vista todos os efeitos das leis da Criação de seu Pai, e procurava então direcionar a vida das pessoas no sentido de se adaptarem a essas leis. Vejamos o trecho controverso:

*“Pois ao que tem se lhe dará, e terá em abundância; mas ao que não tem, até o que tem lhe será tirado.”*

*(Mt13:12; Mc4:25; Lc8:18)*

O conceito aí expresso é ainda reforçado pelo final das parábolas dos talentos (cf. Mt25:28,29) e das minas (cf. Lc19:24-26), que serão analisadas mais detalhadamente no capítulo 3. Em ambas as histórias, um senhor manda tirar a única mina ou o único talento do servo relapso e entregá-lo ao respectivo servo bom, que obtivera dez talentos ou dez minas.

O sentido correto é o de que cada ser humano precisa utilizar com afinco os dons espirituais que recebeu, e sempre no *sentido certo*, conforme prescrevem as leis da Criação. Quem se esforça em ascender espiritualmente recebe de modo automático, na medida do seu empenho, a força necessária para continuar progredindo. Já quem negligencia seu desenvolvimento espiritual permanece estagnado, e com isso se torna um elemento nocivo na engrenagem universal.

Por isso, estes últimos acabarão por perder o pouco que ainda possuem de força mediante a atuação da Lei de Atração da Igual Espécie, que faz com que esta reflua para aqueles que a utilizam de maneira certa. É como um ímã, que tornado mais forte atrai poderosamente os elementos homólogos. Esse fenômeno, porém, diz respeito ao âmago do ser humano, à atuação do espírito, nada tendo que ver com pobreza e riqueza materiais. É dessa maneira que se cumprem as palavras dessa antiquíssima promessa. E o livro de Provérbios acrescenta no mesmo sentido: “Há quem pareça rico, não tendo nada, e quem pareça pobre e possua grandes riquezas” (Pv13:7).

Os ensinamentos de Jesus eram sempre direcionados ao *espírito humano*, o único realmente vivo no ser humano, que aliás *é o próprio ser humano*:

*“O espírito é o que vivifica; a carne para nada aproveita.”*

*(Job:63)*

Apesar de não ter convivido com Jesus, o apóstolo Paulo demonstra ter compreendido isso muito bem, conforme se depreende dessas palavras dirigidas aos

Coríntios em sua primeira epístola: “Qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o seu próprio espírito que nele está?” (1Co2:11). Do mesmo modo quando afirmou que apenas “o homem *espiritual* ajuíza todas as coisas” (1Co2:15), e que ele mesmo “aplicava a realidades espirituais uma linguagem espiritual” (1Co2:13). Somente o espírito humano tem capacidade de discernir, com infalível certeza, o que é certo e o que é errado. Isso se dá através da intuição e não por ponderações do raciocínio: “O espírito do homem é lâmpada do Senhor, que penetra todos os recônditos do ser” (Pv20:27).

De uma maneira geral, porém, os discípulos de Jesus não tinham uma compreensão clara do espiritual humano e de sua atuação, como freqüentemente deram mostras com suas perguntas. Foi o caso, por exemplo, daquele episódio em que os fariseus questionaram Jesus pelo fato de os seus discípulos não lavarem as mãos quando comiam. Jesus responde que não é o que entra pela boca que contamina o homem, e sim o que dela sai (cf. Mt15:2,11). Os discípulos não compreenderam o que ele quis dizer com isso e mais tarde lhe pediram um esclarecimento. Vejamos a resposta do Mestre:

*“Também vós não entendeis ainda? Não compreendeis que tudo o que entra pela boca desce para o ventre e depois é lançado em lugar escuso? Mas o que sai da boca vem do coração, e é isso que contamina o homem. Porque do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias. São estas as coisas que contaminam o homem, mas o comer sem lavar as mãos não o contamina.”*

*(Mt15:16-20)*

O homem aqui é o ser humano espiritual. Conforme já dito, o coração a que Jesus se refere é sempre o íntimo do ser humano, a vontade de seu espírito ou vontade intuitiva. Os pensamentos que se formam por influência de uma vontade intuitiva má também serão maus, assim como as conseqüentes ações más visíveis na matéria: adultérios, prostituição, falsos testemunhos, etc. A vontade intuitiva má contamina o homem, porque a expressão dessa vontade fica gravada na alma, o invólucro do espírito. Assim, a alma fica efetivamente contaminada pela vontade má.<sup>10</sup> E tal processo de contaminação ainda é intensificado pela Lei de Atração da Igual Espécie. Por isso, a morte terrena não livra o espírito humano de sua contaminação, já que esta permanece aderida à alma.

Sobre o conceito de adultério, cabe um esclarecimento. Esse delito não se restringe apenas aos cônjuges, mas inclui qualquer um que procure destruir um casamento mediante difamações e outros meios. Quem assim age já viola da forma mais grave o mandamento de Jesus: “O que Deus uniu, o homem não deve separar” (Mt19:6). Pois comete adultério ao querer dar cabo de uma união verdadeira, contraída diante do Todo-Poderoso, onde cada cônjuge procura tornar viva, em si e no outro, a antiga expressão indicativa de pleno acolhimento do que é mais sagrado para a criatura humana: “Teu Deus seja o meu Deus” (cf. Rt1:16; Jt11:23). Terá por conseqüente de arcar com as conseqüências de haver impedido a união de duas almas e as bênçãos que adviriam desse enlace. Um crime dos mais sórdidos, autêntico adultério consumado.

Os pensamentos e as intuições do ser humano não são coisas inexistentes, não são um “nada” apenas porque não se pode vê-los. Eles tomam forma no mundo de matéria mais fina que circunda estreitamente a nossa Terra. Por serem de matéria mais fina não

---

<sup>10</sup> Ao leitor que se interessar em conhecer o aspecto das almas contaminadas, indica-se O Livro do Juízo Final, de Roselis von Sass, capítulo “O Enigma das Doenças e do Sofrimento”.

conseguimos percebê-los com nossos olhos corpóreos, que são constituídos de matéria mais grosseira.

Nesse mundo fino-material os pensamentos e as intuições adquirem formas segundo o que foi pensado ou intuído. Não é difícil compreender que formas originadas de maus desígnios, como cobiça, inveja, ódio, etc., não podem ser bonitas, tampouco ter uma atuação benfazeja entre os seres humanos. As formas das intuições originadas do ódio, por exemplo, são chamadas “fúrias”, e visam apenas a destruição. Em Roma, as divindades infernais eram chamadas exatamente de *fúrias*, e na Grécia tinham o nome de *erínias*. Essas erínias eram representadas portando chicote, serpentes e tochas, brandindo tudo isso diante do rosto das vítimas que perseguiam.

As formas de pensamentos são os “fantasmas”, as ditas “assombrações” já vistas por muitos e que desde tempos remotos amedrontam outros tantos, sem saberem que são geradas pelas próprias pessoas. Adquirem também conformações horrendas quando produzidas por maus pensamentos, como aconteceu com aqueles ímpios que “tinham imaginado escravizar a nação santa” (Sb17:2): Eles foram “apavorados por fantasmas, tétricos fantasmas de rostos lúgubres (...), foram perseguidos por fantasmas monstruosos (...)” (Sb17:3,4, 17).

As formas de pensamentos e intuições ficam ligadas ao gerador por meio de um fio de matéria fina, o qual só pode ser desfeito mediante uma outra sintonização íntima. Nem a morte terrena é capaz de desfazer os fios que ligam os geradores às suas conformações de matéria fina, sejam elas boas ou más. Evidencia-se com isso a promessa de que suas obras os seguirão: “As obras dos que morrem os acompanham” (cf. Ap14:13). Os que morrem aqui na Terra encontrarão no Além as suas obras, as conformações de matéria fina por eles mesmos geradas enquanto viviam num corpo terreno. Por isso, ai daqueles cujas obras forem más: “Seus crimes se levantarão contra eles, para acusá-los” (Sb4:20); “Todas as ações do homem são votadas à corrupção, e a obra de suas mãos o seguirá” (Ec14:19). Moisés disse a mesma coisa com as palavras: “Sabei que o vosso pecado vos achará” (Nm32:23).

Mediante a Lei de Atração da Igual Espécie essas formas de pensamentos e intuições ainda são reforçadas por outras de mesmo tipo, e também em decorrência dessa lei são elas *atraídas* para junto daquelas pessoas que trazem alguma característica de igual espécie. No caso das fúrias é o ódio, em maior ou menor grau. Agarram-se a essas pessoas e influenciam-nas continuamente com o ódio de que são constituídas. Daí para as pessoas assim atacadas perpetrarem uma ação violenta, visível na matéria grosseira, é um passo muito curto.

Culpados dessa ação violenta são todos os que contribuíram para a geração das fúrias, e não apenas o malfeitor que, sob a influência delas, a desencadeou na matéria grosseira. Este último foi apenas o elo mais fraco de uma extensa corrente de ódio. Em sua primeira epístola, João afirma que “todo aquele que odeia seu irmão é um homicida” (1Jo3:15), indicando com isso que os fomentadores de ódio já incorrem em grave culpa, o que é um fato, em virtude da geração de fúrias. Jesus reforça esse ensinamento ao afirmar que não somente quem mata terá de “responder ao tribunal”, mas também todo aquele que *se encoleriza* com o próximo (cf. Mt5:21,22). Uma cólera que pode crescer até um ódio totalmente cego. As fúrias podem enlouquecer toda uma multidão que se tenha aberto para elas, pela nutrição recíproca e crescente do sentimento de ódio, tal como aconteceu com a massa das pessoas que vociferavam contra Cristo: “Crucifica-o! Crucifica-o!” (Lc23:21). Com isso, elas transgrediram da pior forma possível a ordem do Senhor: “Não tomarás o

partido da maioria para fazer o mal” (Ex23:2). Coisa semelhante fez também a multidão que se levantou contra Paulo em Éfeso, dirigindo-se em massa ao teatro num frenesi de fúria, com gritarias e imprecações; e, no entanto, lemos que “a maioria nem mesmo sabia por que estava reunida” (At19:32).

Quem deixa o ódio tomar conta de si contribui, sem o saber, para a ocorrência de uma ação violenta em algum lugar do mundo, e conseqüentemente angaria parte da culpa, mesmo que nada conheça disso. Essa é também a razão do crescimento desmesurado da violência em nossa época. Um efeito automático do processo do Juízo Final, que libera agora todas as fúrias geradas, nesse período de ceifa, restituindo aos seus fomentadores e adoradores de igual espécie tudo aquilo que formaram com tanto afincamento mediante sua vontade odiosa. Por isso, quem em nossa época ainda se permite ficar *furioso* com alguma coisa, demonstra ter no íntimo a mesma espécie trevosa das fúrias, pois só as trevas podem manifestar-se raivosamente.

O livro do Apocalipse menciona essas fúrias soltas no Juízo com a imagem de gafanhotos liberados quando é aberto o poço do abismo, por influência da “estrela que tinha caído do céu” (Ap9:1), os quais se espalham pela Terra inteira (cf. Ap9:3). As fúrias estavam amontoadas naquele *poço do abismo* – uma central de igual espécie localizada nas profundezas, de acordo com a Lei da Gravidade. Quando esse poço é aberto no Juízo, as fúrias são libertadas. Todavia, elas só podem causar danos *àqueles que não têm o selo de Deus na frente*: “Foi-lhes dito que não danificassem a vegetação da terra, nem as ervas nem as árvores, mas somente as pessoas que não levassem na frente a marca do selo de Deus” (Ap9:4). As nuvens de gafanhotos evocam imediatamente a idéia de uma quantidade inumerável, vastos enxames à cata de alimento... Os gafanhotos do Apocalipse têm formas humanas, alimentam-se do terror e atormentam as pessoas: “Os seus rostos eram como rostos de homens; tinham também cabelos, como cabelos de mulheres; os seus dentes eram como dentes de leões. (...) Na sua cauda estava o poder de atormentar as pessoas. (...) E o seu tormento era como tormento de escorpião quando fere alguém” (Ap9:7,8,10,5). O livro da Sabedoria evoca essa situação com a frase: “Enviaste contra eles multidão de bichos mudos em vingança, para que soubessem que pelas coisas em que alguém peca, por essas é também atormentado” (Sb11:15,16). Nada menos do que nove palavras da Bíblia hebraica são normalmente traduzidas por “gafanhotos”, o que mostra a importância da imagem transmitida por esses terríveis insetos voadores no tempo do fim. O profeta Joel descreve dessa maneira a imagem da invasão dos gafanhotos (fúrias) no tempo do Juízo:

*“O que deixou o gafanhoto cortador comeu-o o gafanhoto migrador; o que deixou o migrador comeu-o o gafanhoto devorador; o que deixou o devorador comeu-o o gafanhoto destruidor. (...) Meu país foi invadido por uma multidão forte e inumerável, os seus dentes são como dentes de leão, e as mandíbulas, como de leoa. (...) Como o clarão da aurora, um exército poderoso e forte vai se estendendo pelas montanhas. Exército igual a esse nunca houve e, por muitas gerações, jamais haverá. Parecem cavalaria, avançam como animais de combate. Seu ruído é o de carros de guerra pulando pelas serras, estalando como chama que devora a palha, como exército poderoso em ordem de batalha. Diante deles os povos se apavoram, ficam todos pálidos de medo. (...) Invadem a cidade, correm por cima das muralhas, sobem às casas, entram pelas janelas como ladrões. Sua presença sacode a terra, balança o céu, encobre o Sol e a Lua e apaga o brilho das estrelas. (...) Sim, grande é o Dia do Senhor e mui terrível! Quem o poderá suportar?”*

(Jl1:4,6;2:2,5,6,9-10,11)

Só poderá permanecer livre dessas influências furiosas, que agora estão soltas pelo mundo em sua missão de devastação, assim como de qualquer outra influência de configurações más, aquele ser humano que tiver algo *contrário* dentro de si em relação à espécie básica ruim delas, ou seja: amor no lugar de ódio, nobreza em lugar de sordidez, sinceridade em lugar de falsidade, altruísmo em lugar de egoísmo, coragem em lugar de medo e assim por diante. Portanto, em relação às configurações de espécie má (quaisquer que sejam), a própria Lei de Atração da Igual Espécie fornece uma proteção automática e eficiente ao ser humano que se esforça continuamente pelo bem, ao impedir que essas configurações nocivas adiram a ele.

No entanto, para se conservar essa proteção a vigilância tem de ser mesmo contínua, permanente, em favor do bem, pois freqüentemente “o fascínio da frivolidade obscurece os verdadeiros valores e a vertigem do desejo abala a mente sem malícia” (Sb4:12). Em contraste com a mornidão da maioria, já vimos que a pessoa realmente boa tem de *perseverar até o fim* no caminho do bem, para poder subsistir nessa época: “Devido à crescente iniquidade, o amor esfriará na maioria; mas quem perseverar até o fim, este será salvo” (Mt24:12,13). É essa perseverança que indica o valor de uma pessoa boa, na qual o amor não esfriou. Somente esta pode, então, contar com o auxílio do Amor de Deus em suas aflições, o qual a protegerá das enlouquecedoras formas de medo no Juízo, cada vez mais robustecidas. João já dissera à sua comunidade: “No amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora, o medo produz tormento; logo, *aquele que teme não é aperfeiçoado no amor*” (1Jo4:18). Aquele que tiver medo no Juízo demonstra não ter se aperfeiçoado no amor; e como ele não tem amor dentro de si, falta-lhe também a confiança na onipotência e na Justiça do Senhor, que se evidenciam justamente pelo Amor auxiliador. Esse grande Amor auxiliador, por sua vez, não pode atuar nele porque não encontra uma igual espécie em seu íntimo, que permita a ancoragem. Sua alma não é aperfeiçoada no amor, e devido a isso só conhecerá o medo no Juízo.

As concentrações de formas de pensamentos, que também podem ser chamadas de centrais, explicam muitos outros aparentes enigmas da época atual. Como a imensa maioria das pessoas gera continuamente pensamentos malévolos, essas centrais de maus pensamentos adquiriram uma força colossal no presente, atuando retroativamente sobre os seres humanos de sua igual espécie, que influenciados por isso geram ainda mais pensamentos maus, robustecendo permanentemente as próprias centrais. Um círculo vicioso, de conseqüências devastadoras para a humanidade. Daí o crescimento exponencial no mundo do sensualismo, da inveja, do egoísmo, da violência e de todas as outras excrescências humanas.

Sob outro enfoque, também reside nesse fenômeno a causa das muitas “coincidências” inexplicáveis, como o fato freqüentemente observado de uma descoberta científica ou de uma invenção ocorrer quase simultaneamente em países distantes entre si. Os pesquisadores estavam, sem o saber, conectados uns com os outros, alimentando idéias e pensamentos análogos, sendo por sua vez alimentados por estes. Todos trabalharam em conjunto na matéria mais fina, sem disso terem conhecimento. As posteriores ciameiras e acusações de plágio se mostram assim sob uma ótica bem diferente.

Esse fenômeno das formas de pensamento também esclarece o indiscutível fascínio que a Bíblia exerce já há séculos sobre grande parcela da humanidade. Como a maioria das pessoas que a lêem realmente acreditam ter nas mãos a autêntica “Palavra de Deus”, acabam dispensando a ela uma atenção toda especial, sem nenhuma isenção. Esse devotamento unilateral, continuamente alimentado por milhões e milhões de almas, retorna

a elas mesmas através do processo descrito acima, criando uma poderosa atmosfera de encantamento que freqüentemente desemboca num fanatismo cego.

Mas isso é então uma algema espiritual, que as impede de ver com imparcialidade o que a Bíblia possui de belo e de útil, de reconhecer e assimilar sua sabedoria, mas também de rejeitar aquilo que não passa de fantasia humana. Esse influxo é tão intenso que pode incandescer o estudo bíblico até o paroxismo, dando origem a debates intermináveis sobre o significado desse ou daquele episódio, à publicação de centenas de livros e tratados sobre uma única passagem mal compreendida das Escrituras, sempre na suposição de que a Bíblia deva se auto-explicar, levando todos, teólogos, exegetas, apologistas e leigos a uma lastimável perda de tempo em seu tão necessário processo de desenvolvimento espiritual. Mergulhados nesse biblicismo cego, nessa verdadeira bibliolatria, que nada mais é do que uma egolatria, eles dissecam continuamente as Escrituras e deixam de lado o principal... deixam de viver segundo os verdadeiros ensinamentos de Jesus, única possibilidade de angariar a vida eterna:

*“Examinais as Escrituras porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas mesmas que testificam de mim. Contudo, não quereis vir a mim para terdes a vida.”*

*(Jo5:39,40)*

Não quereis vir a mim... Os examinadores da Bíblia não querem vir a Jesus, a Palavra viva enviada pelo Pai aos seres humanos, para que eles pudessem ter a vida eterna!...

O ser humano pode e deve utilizar o fenômeno descrito acima em proveito próprio, com vistas a uma contínua ascensão espiritual. Aquele, por exemplo, que só admite limpidez à sua volta, acaba igualmente recebendo influência das pequenas centrais de bons pensamentos, decorrente da atração da igual espécie, sendo com isso paulatinamente fortalecido em sua boa vontade, ao passo que aquele outro que não tem anseio pelo bem acaba efetivamente sendo “tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz” (Tg1:14). Foi justamente para evitar essa situação deletéria que Paulo dirigiu a seguinte exortação aos Filipenses, em tudo concorde com o funcionamento da Lei de Atração a Igual Espécie: “Tudo o que é verdadeiro, tudo o que é respeitável, tudo o que é justo, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se alguma virtude há e se algum louvor existe, seja isso o que ocupe o vosso pensamento” (Fp4:8).

Quando Jesus falou do argueiro (cisco) e da trave nos olhos, também aludia a essa lei da Criação:

*“Por que vês tu o argueiro no olho de teu irmão, mas não reparas na trave que está no teu próprio? Ou como dirás a teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, quando tens a trave no teu? Hipócrita, tira primeiro a trave de teu olho e então verás claramente para tirar o argueiro do olho de teu irmão.”*

*(Mt7:3-5; Lc6:41,42)*

O ensinamento contido neste episódio é bastante simples. Quando notamos algo em nosso próximo que nos desagrada profundamente, sentindo ímpetos até de repreendê-lo por sua falta, então isso é um sinal infalível de que possuímos aquele mesmo defeito em grau muito maior, pois “o homem que julga outro, a si mesmo se condena, pois pratica as próprias coisas que condena” (Rm2:1). Basta pensar que quando apontamos um dedo para alguém, temos outros três dedos apontando para nós mesmos... É bem o caso de se

perguntar aí: “Quem és tu para julgares teu próximo?” (Tg4:12). O ser humano incorre em grave erro se pensa que assim poderá escapar do grande Julgamento: “Ó homem, tu que julgas os que praticam tais coisas e, no entanto, as fazes também tu, pensas que escaparás ao Julgamento de Deus?” (Rm2:3).

A Lei de Atração da Igual Espécie é que nos leva a ver de imediato nos semelhantes algo de que nós mesmos somos portadores. E quando esse algo é um defeito, então sentimos uma forte repulsa. Vemos nitidamente o argueiro (o defeito) no olho do próximo e não atentamos para a trave (o mesmo defeito em escala muito maior) em nosso próprio olho. Só nos seria lícito querer retirar o argueiro dele se, antes, tivéssemos tirado a nossa trave, do contrário essa atitude não é um ato de amor mas apenas hipocrisia. Estaríamos sendo inflexíveis em relação ao próximo e condescendentes conosco, fazendo uso, portanto, de dois pesos e duas medidas, algo abominável ao Senhor: “Dois pesos e duas medidas, são ambos abomináveis diante do Senhor” (Pv20:10). Temos de fazer exatamente o inverso: sermos implacáveis com nossas falhas e compreensivos com as do próximo. Compreensão não é condescendência imprópria. Esta é própria de quem é *con-descendente*, isto é, de quem *desce* junto. Em grego, “condescendência” é *synkatabasis*, cujo significado etimológico é exatamente “descer para estar junto”. Isso é falso amor, que além de não ajudar em nada o sofredor, ainda traz um enorme perigo para o pretense auxiliador. Quem desce espiritualmente do seu patamar para poder estar no nível do infrator, não se encontra mais em condições de admoestá-lo por seus erros e acaba afundando junto com ele, por efeito da Lei da Gravidade Espiritual. Compreensão é diferente. Compreensão é *sofrer junto*, como fez o bom samaritano, para estar apto a conceder auxílio verdadeiro. Sofrer junto não é descer espiritualmente, ao contrário, é um ato de legítimo amor ao próximo, cujo efeito último é justamente a ascensão espiritual das duas partes envolvidas.

Essa atuação da Lei de Atração da Igual Espécie se verifica até mesmo nas expectativas negativas em relação a nossos semelhantes. Por exemplo: uma prevenção gratuita sobre possíveis demonstrações de inveja, cobiça ou vaidade de alguém, normalmente dizem mais sobre o próprio precavido do que sobre a pessoa objeto da atenção. Se de uma determinada pessoa, ou grupo de pessoas, estamos sempre esperando algum comportamento negativo em relação a algo, então temos de procurar, contra as nossas certezas mais íntimas, indícios de idêntica conduta negativa em nós próprios. Temos de ser aí implacáveis conosco, se quisermos reconhecer a verdade dos fatos.

Esse fenômeno é mais um auxílio outorgado pelo Criador em nosso caminho de desenvolvimento espiritual. É como se passássemos pela vida segurando um espelho voltado para nós mesmos, que assim nos aponta imediatamente as falhas que ainda temos de corrigir. É uma ajuda inestimável para o aperfeiçoamento de cada um, desde que se tenha a necessária humildade e isenção para reconhecer que aquela mesma falha que nos parece particularmente destacada em nosso semelhante, está profundamente arraigada em nós mesmos, e em grau muito maior.

Mas se a humildade faltar, a pessoa continuará no erro, sem se aperceber disso. É provável até que tal erro cresça nela pela atração da espécie igual e a faça afundar espiritualmente cada vez mais, com o que as trevas se condensam ainda mais em torno dela. E com isso ela afunda mais e mais, por efeito da Lei da Gravidade Espiritual, sem se dar conta de sua queda, pois “quem anda em trevas não sabe para onde vai” (Jo12:35).